



**UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA**

**PARA ALÉM DO SILÊNCIO:**

**O SISTEMA DE CONFORTO E O PAPEL DOS MOVIMENTOS  
FEMINISTAS NA QUESTÃO DAS MULHERES DE CONFORTO  
NA COREIA DO SUL (1905-2015)**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Estudos Asiáticos**

**Por Tatiana Sofia Fonseca Azenha**

**Sob Orientação de Prof. Doutor Luís Mah  
Co-orientado por Prof<sup>a</sup>. Doutora Tânia Ganito**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Setembro 2017**



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA

**PARA ALÉM DO SILÊNCIO:**

**O SISTEMA DE CONFORTO E O PAPEL DOS MOVIMENTOS  
FEMINISTAS NA QUESTÃO DAS MULHERES DE CONFORTO  
NA COREIA DO SUL (1905-2015)**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em Estudos Asiáticos**

**Por Tatiana Sofia Fonseca Azenha**

**Sob Orientação de Prof. Doutor Luís Mah  
Co-orientado por Prof<sup>a</sup>. Doutora Tânia Ganito**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Setembro 2017**

## **RESUMO**

A presente investigação tem como objetivo analisar os motivos que influenciaram o silêncio das Mulheres de Conforto de nacionalidade coreana, sobre o prisma dos movimentos feministas coreanos que estudaram as atrocidades cometidas pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Através do estudo do período colonial japonês na península coreana (1905-1945) e da emergência do sistema de conforto, procedemos à análise dos fatores que motivaram os movimentos feministas sul-coreanas na mobilização de recursos para a defesa e apoio das Mulheres de Conforto após a democratização do país a partir dos finais de 1980s. Para o efeito, recorreremos à análise de fontes secundárias e a uma visita a Seul para contacto direto com movimentos feministas que apoiam as Mulheres Conforto bem como para uma entrevista com uma sobrevivente do Sistema de Conforto estabelecido pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

Esta investigação permite concluir que a mobilização dos movimentos feministas sul-coreanos influenciou positivamente a quebra do silêncio das mulheres que sobreviveram ao Sistema de Conforto e que têm conseguido conquistar atenção e espaço junto da sociedade coreana e internacional, utilizando as suas experiências como argumento de defesa dos direitos das mulheres no mundo.

**Palavras-Chave:** Coreia do Sul, Mulheres de Conforto, Movimentos Feministas

## **ABSTRACT**

This research aims at explaining the reasons behind the silence of Korean Comfort Women by looking at the role played by the country's feminist movements in studying and denouncing the atrocities committed by Japan during the Second World War (1939-1945).

Through the study of the Japanese colonial period in Korea (1905-1945) and emergence of the Comfort Women System, we proceed to the analysis of the factors that motivated the influence of the feminist movements for the Korean Comfort Women to mobilize the necessary resources in order to break these women's silence following the country's democratization by the end of the 1980s. Therefore, we have proceeded to the analysis of secondary resources as well as a visit to Seoul for direct contact with feminist movements working with Comfort Women and an interview with a survivor of the Comfort System set by Japan in Asia during the Second World War.

This investigation allowed us to conclude that the mobilization of the South Korean feminist movements has contribute to provide a positive influence in the end of the silence by women survivors of the Comfort System who have been able to conquer the attention and space in the domestic and international arena and use their testimonies to argue in favor of women rights in the world.

**Keywords:** South Korea, Comfort Women, Feminist Movements

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação representou um passo importante no meu crescimento pessoal e profissional. Gerir a vida profissional e pessoal com o investimento académico não se demonstrou tarefa fácil. Com a conclusão da Licenciatura em Turismo e após uma breve abordagem à língua e cultura coreana, o Mestrado em Estudos Asiáticos, surgiu como um novo desafio, um novo percurso, uma nova oportunidade.

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas à Universidade Católica de Lisboa que me proporcionou a oportunidade de iniciar um novo capítulo na minha vida académica e, em particular, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde tive o prazer de travar conhecimentos com alunos, docentes, investigadores e colegas nas diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas que contribuíram para o enriquecimento do presente trabalho.

Gostaria de endereçar uma nota de agradecimento muito especial ao meu orientador Professor Doutor Luís Mah no qual admiro a paciência, a excelência, exigência e clareza de pensamento, reconhecendo que graças à sua perseverança que me foi possível terminar esta dissertação.

À Professora Tânia Ganito, com quem partilho a minha paixão pelos estudos feministas, a mais profunda gratidão por ter aceitado o convite para ser minha coorientadora e pela sugestão do tema deste trabalho numa aula de Culturas Visuais da Ásia do Mestrado de Estudos Asiáticos.

Um agradecimento particular ao Professor Doutor Jorge Santos Alves. Agradeço a disponibilidade com que avaliou o meu projeto e sempre acreditou que seria possível realizar o sonho de conhecer a Coreia do Sul e fazer este trabalho.

Agradeço também o apoio insubstituível prestado ao longo deste trabalho e o acolhimento das instituições que me receberam com cordialidade, simpatia e disponibilidade, possibilitando a realização da pesquisa bibliográfica e fotográfica: Embaixada da República da Coreia em Portugal, Museu do Oriente em Lisboa, Embaixada

dos Estados Unidos em Portugal, Centro de Documentação da Fundação Oriente e Embaixada do Japão em Lisboa.

À House of Sharing, e em particular ao Professor Doutor Shin Kwon Ahn, diretor da instituição, que me proporcionou a visita e entrevista a uma das vítimas, o que permitiu enriquecer esta dissertação.

Aos meus pais, que acreditaram nas minhas capacidades e que durante todo o processo me motivaram sempre com novas ideias e formas de inspiração. Ao meu pai, Miguel, a minha inspiração de perseverança e paciência. Estou grata pela sua atenção e curiosidade. À minha mãe, Hermínia, pelo amor incondicional e força espiritual de que necessitei na fase mais importante da minha vida profissional e pessoal.

Ao Carlos Aponte e Sangwon Park, pela amizade, ajuda e apoio moral durante todos os momentos difíceis deste trabalho. Ao Ju Hyun Jung pela disponibilidade de tradução e longas horas de discussão política e histórica sobre a Coreia que provaram ser verdadeiramente desafiantes.

À Inês Gonçalves e Mi Sun Jeon, por me inculirem a paixão pelo Feminismo e pela Coreia. Sem elas, esta tarefa ter-se-ia revelado bem mais árdua do que a devoção com que foi realizada.

Por último, mas não menos importante, aos restantes membros da minha família, aos meus amigos e colegas de Mestrado em Estudos Asiáticos por complementarem o meu crescimento e estimularem a vontade de descoberta e infindável sede de conhecimento.

A todos, o meu profundo e sincero agradecimento.

## **ACRÓNIMOS**

**AWF** – Fundo das Mulheres Asiáticas (*Asian Women's Fund*)

**EC** – Estação/ões de Conforto

**JWEA** – Associação Educacional das Mulheres de Joseon (*Joseon Women's Educational Association*)

**MC** – Mulheres de Conforto

**NFNDM** – Federação Nacional dos Movimentos Nacionais e Democráticos (*National Federation of Nationalistic and Democratic Movements*)

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONG** – Organização Não-Governamental

**UMMDU** – Movimento Minjung Unido pela Democracia e Unificação (*United Minjung Movement for Democracy and Unification*)

**USAMGIK** – Governo Militar dos Estados Unidos da América na Coreia (*United States Army Military Government in Korea*)

**KWAU** – Associações das Mulheres Coreanas Unidas (*Korean Women's Associations United*)

**KC** – Concelho Coreano pelas Mulheres Destacadas pelo Exército Militar do Japão (*Korean Council for the Women Drafted for the Military Sexual Slavery by Japan*)

**KCWU** – Igrejas e Mulheres Coreana Unidas (*Korean Church Women's United*)

**KWCA** – Associação das Mulheres Coreanas Cristãs (*Korean Women's Christian Association*)

**KCTU** – União pela Temperança Cristã Coreana (*Korean Christian Temperance Union*)

**KWAC** – Associação Concelho das Mulheres Coreanas (*Korean Women's Association Council*)

**KWWA** – Associação das Mulheres Trabalhadoras Coreanas (*Korean Women's Workers Association*)

**NFNDM** – Federação Nacional dos Movimentos Democráticos e Nacionalistas (*National Federation of Nationalistic and Democratic Movements*)

**RAA** – Associação de Recreação e Divertimento (*Recreation and Amusement Association*)

**RC** – República da Coreia (*Coreia do Sul*)

**RPDC** – República Popular Democrática da Coreia (*Coreia do Norte*)

**SC** – Sistema de Conforto

**SALP** – Sociedade para Abolir a Prostituição Licenciada (*Society to Abolish Licensed Prostitution*)

**WEP** – Mulheres pela Igualdade e Paz (*Women for Equality and Peace*)

**WHU** – Linha de Apoio à Mulher (*Women's Hotline United*)

**YWCA** – Associação Cristã das Jovens Mulheres Coreanas (*Korean Young Women's Christian Association*) - Traduzido para inglês do coreano: *Chosŏn kidokkyo yŏja ch'ŏngnyŏnhoe yŏnhaphoe*)

## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>Introdução</b> .....	11
Fontes e Metodologia.....	15
Estrutura da dissertação .....	17
<b>I. O Sistema de Conforto na Ocupação Japonesa na Coreia (1910-1945)</b> .....	18
1.1. A Emergência do Sistema de Conforto na Coreia .....	22
1.2. Mobilização de Mulheres de Conforto Coreanas.....	25
<b>II. Neo-Confucionismo e o Papel da Mulher na Sociedade Coreana (1910-1988).</b>	29
2.1 Colonialismo Japonês (1910-1945) .....	30
2.2. Entre Libertação e Autoritarismo (1945-1961).....	34
2.3 Entre Ditadura e Democracia (1961-1988).....	38
<b>III. Democratização e Movimentos de Mulheres</b> .....	41
3.1. A (Re)Emergência da Questão MC na Sociedade Civil Coreana (1988-1991) .....	43
3.2. A luta do Korean Council com o Governo Japonês (1991-2015).....	45
<b>IV. Para além do Silêncio</b> .....	50
4.1 As Manifestações Semanais.....	51
4.2. A House of Sharing.....	52
4.3 Entrevista a Lee Ok Seon, uma Sobrevivente do SC.....	54
<b>Conclusão Geral</b> .....	57
Bibliografia .....	59
Artigos Acadêmicos e Working Papers .....	62
Relatórios e Comunicados de Imprensa .....	66
Teses .....	67
Documentários e Entrevistas (Video) .....	67
Notícias .....	67

Webgrafia .....	69
ANEXOS .....	70
ANEXO I – Cronologia de Eventos .....	71
ANEXO II - Políticas de Assimilação Japonesas na Coreia (1905-1945).....	81
ANEXO III –modelos de estações de conforto (1932-1945) .....	83
ANEXO IV – Versão Inglesa da Entrevista a uma Sobrevivente .....	84
ANEXO V – Fotografias .....	86
ANEXO VI – Brochuras.....	95
ANEXO VI – KWAU (Orgânica) .....	97

## INTRODUÇÃO

---

Setenta e dois anos após o final da Segunda Guerra Mundial, e apesar do mediatismo internacional sobre o “acordo histórico” entre a Coreia do Sul e o Japão alcançado a 28 de Dezembro de 2015 com o propósito de ultrapassar o conflito em torno dos Mulheres de Conforto<sup>1</sup> (MC) coreanas, esta questão continua, todavia, a minar as relações entre os dois países.<sup>2</sup> Se por um lado, este acordo constituiu um avanço significativo na resolução das relações diplomáticas entre ambos os países, por outro lado, a controvérsia relativamente à remoção da “Estátua da Paz”<sup>3</sup> localizada em frente à embaixada do Japão em Seul, bem como a resistência das sobreviventes e das organizações feministas que as representam, conseguiram demonstrar que tanto a declaração diplomática como a compensação monetária<sup>4</sup> fornecida através do orçamento nacional japonês, são ainda elementos insuficientes para a reconciliação entre os dois países.

Estima-se que entre 90,000 a 200.000 mulheres asiáticas tenham sido mobilizadas para o Sistema de Conforto (SC) japonês (Yoshiaki, 2000 e Tuki, 2002). No entanto, Wakabayashi (2003) critica os números de Yoshimi (2000) e Tanaka (2002), afirmando que independentemente das estimativas numéricas realizadas por ambos os autores - baseadas em missões de guerra distintas - o número de mulheres que foi mobilizado terá sido superior ao contabilizado, uma vez que foram excluídos os números referentes às mortes durante o funcionamento do SC e eventual fuga de mulheres. A questão das MC emerge pela primeira vez durante uma investigação e registo populacional japonês nas ilhas de Okinawa, em 1972. Durante o levantamento e registo de cidadãos nas ilhas, advogados japoneses e norte-coreanos que constituíam o grupo, deparam-se com o elevado

---

<sup>1</sup> A expressão eufemística “Mulheres de Conforto” é utilizada como referência às sobreviventes do sistema de escravidão sexual implementado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A construção do termo e significância será descrita no capítulo I.

<sup>2</sup> Por motivos de força maior, nesta tese iremos focar o nosso estudo na Coreia do Sul recorrendo, no entanto, à designação “Coreia” que refere o período que antecede a sua divisão oficial em 1953 pelo paralelo 38.

<sup>3</sup> A “Estátua da Paz” ou “Estátua de uma Rapariga” (Anexo V- Figura 3) é uma estátua com cerca de um metro e meio de altura apoiada por uma plataforma de mármore. Foi patrocinada pelo Conselho Coreano de Apoio às Vítimas da Escravidão Japonesa (*Korean Council for the Victims of Japanese Slavery*) e presta homenagem as vítimas da escravidão sexual pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>4</sup> De acordo com o Korean Council (2015), a 28 de Dezembro de 2015 o acordo estabelecido entre o Governo Japonês e o Governo Coreano indicava que fosse criado um fundo de compensação intergovernamental o qual, serviria como forma de compensação monetária das vítimas (Sanger 1992).

número de mulheres sem registos de nacionalidade (cf. Kern and Nam 2009, 234–35). De entre os vários testemunhos, Bae Bong Gi confessou que havia sido mobilizada em 1944 para a Estação de Conforto (EC) em Okinawa e que havia sido uma MC. Embora não tenha sido dada relevância ao seu testemunho, estes relatos inspiraram vários autores japoneses a elaborar a sua própria investigação. O primeiro registo surge, portanto, em meados dos anos setenta do século XX, com a publicação do livro “*Military Comfort Women*” de Senda Kako<sup>5</sup>, em 1973. O documento constitui um relato – com recurso a material fotográfico e entrevistas a algumas sobreviventes – sobre a mobilização e recrutamento de mulheres provenientes da península coreana para o Sistema de Conforto (SC) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A ocultação e obscuridade do Sistema de Conforto (SC) em parte pelo seu carácter gráfico e emocional, de acordo com Kern e Nam (2009), ter-se-ão feito acompanhar pelo ambiente hostil entre as Coreias, impossibilitando deste modo, a sua discussão pública (cf. Kern and Nam 2009, 234–35). A discussão académica é retomada em 1983, com a publicação do livro de Yoshida Seiji<sup>6</sup>, o qual relata a sua experiência enquanto soldado japonês na Coreia durante o período de colonização deste território (1905-1945). Esta obra tornar-se-ia controversa pelas revelações do autor, que aí assume a responsabilidade no recrutamento e mobilização de MC na península coreana (cf. Lévy 2012, 8–9).

A publicação da obra de Yoshida Seiji serviu de inspiração para os movimentos feministas na Coreia que emergem com a democratização do país, que desconheciam até então a existência do SC e de MC. Para estes movimentos, o tratamento a que foram sujeitas as MC infligidas num cenário de guerra é claramente considerada um crime de guerra (cf. Soh, 2008). No contexto da história do colonialismo japonês na Coreia, o Neo-

---

<sup>5</sup> Senda Kako (1924-2000); jornalista e escritor japonês do jornal Mainichi Shinbun, reconhecido pela descoberta de fotografias, artigos e testemunhos de soldados que comprovavam a existência de um SC organizado pelo exército e marinha japoneses. O livro “*Military Comfort Women (Jugun-Ianfu)*”, publicado em 1973, tornou-se rapidamente num best-seller académico no Japão e na Coreia do Sul.

<sup>6</sup> Yoshida Seiji (1913-2000); romancista japonês e ex-membro do exército japonês na Coreia durante a Segunda Guerra Mundial, publicou em 1977 o livro “*Korean comfort women and Japanese people*” onde se auto-intitulava um criminoso de guerra. No seguimento do sucesso da sua estreia literária, Yoshida publica, em 1983, o livro “*My war crimes - The forced transport of Koreans*” onde declarava ter participado no rapto e recrutamento de duas mil mulheres na península coreana com o objetivo de as integrar no SC. Considerado um dos registos literários mais importantes sobre as MC, Yoshida visita em 1992 a Coreia do Sul, onde procurou demonstrar o seu arrependimento e remorso junto das sobreviventes (cf. K. P. Yang and Henderson 1958, 85–86).

Confucionismo<sup>7</sup>, Cristianismo e forças militares são identificados de acordo com Sealing Cheng (2000), como elementos definidores de uma sociedade masculinizada e patriarcal, a qual tem conseguido manipular o discurso nacionalista a seu favor, não obstante as suas ideologias divergentes no que toca ao papel das mulheres (cf. Cheng, 2000, 51). Modeladas desde a Dinastia de Yi<sup>8</sup> através da filosofia Neo-Confucionista, a mulher coreana tem sido influenciada pelos princípios de piedade filial<sup>9</sup>, que acabaram por facilitar a mobilização de mulheres para o SC japonês. Jonathan Gottschall (2004), propõe no seu artigo “*Explaining Wartime Rape*” uma definição de estupro em tempos de guerra associando ao caso das MC, a “Teoria de Estupro Estratégico”. A “Teoria de Estupro Estratégico” explica que durante a guerra, os soldados procuravam através da violação e abuso sexual, corroer e destruir os laços familiares na base da sociedade de modo a infligir uma dor psicológica e física no inimigo que seria inequivocamente mais forte do que qualquer outra arma (cf. Gottschall 2004, 131). Maryam Khalid, no seu capítulo “*Feminist Perspectives on Militarism and War*” que é parte da obra coletiva *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements* (2015) identifica precisamente esta co-relação entre movimentos feministas e a defesa dos interesses das mulheres numa sociedade com legados militaristas e de cariz patriarcal (cf. Khalid 2015).

No caso da Coreia do Sul, é a partir da sua democratização nos finais dos anos 1980s que começamos a assistir à emergência de movimentos feministas em defesa das MC. De acordo com Yang (1995), o processo de democratização da Coreia pode ser dividido em 3 (três) fases (cf. S. C. Yang 1995): a **1ª fase** (1960-1981), intitulada de fase antiautoritária (ou fase dos gritos), caracterizada por um jogo de influências políticas de caráter ditatorial e de influência Neo-Confucionista, onde se verifica uma forte oposição

---

<sup>7</sup> Ideologia de inspiração Confucionista, de acordo com Yang e Henderson (1985), fundada pelo académico Confucionista An Hyang (1243-1306), durante o século XIII. As academias acadêmicas em Songdo e Seul foram as primeiras a promover esta doutrina que conquistou a aceitação do povo da Coreia (cf. Ling 2001, 45).

<sup>8</sup> Dinastia de Yi (1392-1910)

<sup>9</sup> O conceito de piedade filial é proveniente da filosofia confucionista (em chinês: 孝, *xiao*) e diz respeito à virtude que o cidadão tem para com os seus pais e antepassados. Na Coreia, o conceito emerge na sequência da publicação em 1475 pela Rainha So Hye Han (1457-149) do livro *Naehun*. De acordo com Ling (1998), o estado era visto como uma extensão da família, com o rei a personificar a posição de um “pai” sobre o estado (filho) (Han and Ling 1998, 62). A natureza pública do livro *Naehun*, surge através da posição social da Rainha So Hye Han enquanto personificação de uma figura materna relativamente aos seus súbditos (filhos). Personificado na regra confucionista dos “Três Laços” (*sam gang*), Ling (2001) argumenta que o poder patriarcal sobre as mulheres é refletido no conjunto de três tipos de relações: soberano-subordinado, pai-filho e marido-mulher (cf. J. a Maxwell 2009, 216).

sobre a implementação de um sistema democrático durante o regime ditatorial de Park Chung Hee<sup>10</sup>; a **2ª fase** (1981-1987) o início do processo de democratização da Coreia do Sul, liderado por forças democráticas, dissidentes estudantis e forças religiosas, marcada pela oposição da sociedade civil que começava a questionar o sistema político e social, reconhecendo uma inconsistência no processo de adaptação democrática. Esta fase fica marcada pelo processo de modernização socioeconômica através da participação política ativa dos seus cidadãos sobre forma de eleições livres para todos os cidadãos e ainda, pela declaração democrática do então Presidente Chun Do Hwan em 1987, a qual permitiu a realização de uma revisão constitucional que limitaria o mandato presidencial para cinco anos. Para finalizar, a **3ª fase** (1988-Presente) poderá ser identificada pela implementação progressiva de práticas e atitudes democráticas que influenciaram positivamente o papel da mulher coreana na sociedade civil, como pode ser verificado pelo exemplo oferecido por Han e Ling (1998):

*“Korean society has witnessed already the potential impact of a maternalized dissent. In December 1985, a group of women organized the "Family Association for the Achievement of Democratization" (minjoowhasilcheon kajokwoondong hyupeuihoi) to protest the state's forcible imprisonment of children or husbands for political reasons. (...) Many believe that this movement was critical in facilitating a peaceful transfer of power from Chun Do Whan's military dictatorship to Roh Tae Woo's civilian government during the June Democratic Movement (yoowol minjoo hanjaeng) of 1987. (...) (cf. Han and Ling 1998, 72).*

Desta forma, retomando ao processo de reconciliação diplomática de 2015 sobre as MC coreanas, será pertinente introduzir a questão de Brito (2004), na introdução da obra “Política da Memória – Verdade e Justiça na Transição para a Democracia”,:

*“ (...) As vítimas podem esquecer ou mesmo “reconciliar-se” com os seus verdugos, mas um processo desse tipo será possível a nível nacional?” ao que a autora sugere que: “ (...) é necessário o consenso em torno da conveniência da democracia e de um sistema de normas, leis, procedimentos e valores que requer uma coexistência pacífica entre todas as classes de grupos, sejam ou não amigos.” (cf. Brito, 2004: 53).*

---

<sup>10</sup> Park Chung Hee foi o 5º, 6º, 7º e 8º Presidente da República da Coreia do Sul e ficaria conhecido pelo golpe de estado de 1963, que conduziu à destituição do democrata Yun Bo-seon.

O Korean Council for Women Drafted for Military Sexual Slavery (*Korean Council*) surge assim, no seguimento da ausência de normas, leis, procedimentos e valores que possam permitir a coexistência das sobreviventes na sociedade democrática coreana enquanto vítimas de um sistema de exploração sexual. No livro *The Comfort Women – Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan* de Sarah Soh (2008), é possível compreender o extenso processo de adaptação e inclusão em colaboração com investigadores e voluntários que o Korean Council tem realizado desde a primeira exposição mediática de uma sobrevivente em 1991<sup>11</sup> quebrando desta forma, um longo período de silêncio desde o final da Segunda Guerra Mundial (Soh, 2008).

Deste modo, a principal questão que a presente dissertação pretende explorar e conferir resposta é a seguinte: Porque razão só começaram as MC coreanas a quebrar o silêncio e a revelar o seu passado sobre o SC a partir da democratização da Coreia do Sul?

## FONTES E METODOLOGIA

A presente investigação procura dar a conhecer o tema das MC coreanas, explicando o papel dos movimentos feministas na Coreia do Sul na mobilização das sobreviventes, rompendo o seu silêncio e denunciando os abusos a que foram sujeitas durante a colonização japonesa. Um dos principais objetivos é proceder à análise histórica do período de colonização japonesa na Coreia, recorrendo à análise documental e bibliográfica, incluindo fontes e notícias retiradas dos *média* e consequentemente, contribuir para um entendimento teórico e conceptual do SC japonês. Para o efeito, a abordagem ao tema proposto será do tipo compreensivo e partirá do recurso a algumas fontes primárias (tratados, testemunhos, entrevistas, discursos) mas sobretudo a fontes secundárias. A bibliografia considerada para análise dedicada a esta problemática data, sobretudo, da década de 1990, como é o caso dos trabalhos de George Hicks em “*The Comfort Women – Japan’s Brutal Regime of enforced prostitution on the Second World War*” (1995) e de C. Sarah Soh em “*The Comfort Women – Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan*” (2008).

---

<sup>11</sup> Kim Hak Sun (1924-1997); sobrevivente do SC criado pelo Japão durante a guerra e ativista dos direitos humanos na Coreia do Sul, foi a primeira sobrevivente a partilhar a sua experiência enquanto MC nos média coreanos em 1991.

A entrevista a uma das sobreviventes do SC japonês em 2016, foi realizada no sentido de responder à questão de partida, reflectindo ainda o resultado da análise da visita realizada à instituição de cariz social *House of Sharing*<sup>12</sup> onde foi possível conhecer de perto outras sobreviventes e colaboradores. O modelo Z de Joseph Maxwell (objectivos, teoria, questões de partida, método e validade)(cf. Seth 2009, 22) será relevante para a presente investigação uma vez que, irei procurar proceder ao agrupamento dos objetivos, os quais podem ser divididos em três tipos: práticos, pessoais e de pesquisa. Em relação aos objetivos práticos, estes passam por concluir o Mestrado em Estudos Asiáticos. No que concerne aos objetivos pessoais, os mesmos passam principalmente pela paixão e curiosidade pela história da Coreia e o desejo de iniciar o percurso académico na área de investigação histórica entre a Coreia e Portugal.

Os objetivos de pesquisa passam por analisar, sob a perspectiva da evolução dos movimentos feministas coreanos, quais os motivos que levaram as sobreviventes a manter, e mais tarde a quebrar, o seu silêncio. Para o efeito, foi selecionado um método qualitativo tendo sido realizada uma viagem à Coreia do Sul com o objetivo de analisar e observar os movimentos feministas pelas MC, recorrendo a visitas aos museus e entidades que com eles colaboram e, ainda, de realizar uma entrevista com uma sobrevivente deste sistema. Optei por recorrer a uma análise interpretativista na qual o método qualitativo é o escolhido por não oferecer regras e leis generalizáveis, mas sim a procura de significados com o objetivo de clarificar o tema das MC coreanas.

De modo a articular os conceitos previamente referidos, a presente investigação encontra-se dividida em três capítulos seguida de uma conclusão.

---

<sup>12</sup> Visita no âmbito da viagem de investigação à Coreia do Sul no período de 30 de Abril de 2016 a 14 de Maio de 2016.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo inicial **“O Sistema de Conforto na Coreia (1910-1945)”**, será abordado um enquadramento histórico do colonialismo japonês na península coreana, aproveitando para clarificar as políticas de assimilação japonesas e introduzir no debate, quais os motivos que levaram à instauração de um SC pelo Japão. De seguida, serão traçados os elementos que facilitaram a mobilização de mulheres provenientes da Coreia, acompanhado por um desenho esquemático dos procedimentos de mobilização.

No Capítulo II **“Neo-Confucionismo e o Papel da Mulher na Sociedade Coreana (1910-1988): Da Ocupação Colonial à Democratização”**”, procuraremos descrever a emergência dos primeiros movimentos de cariz feminista na Coreia – na Coreia do Sul em particular – desde o colonialismo japonês, até à abertura democrática em 1988.

O Capítulo III **“Democratização e Movimentos de Mulheres”** explora o papel dos movimentos feministas na mobilização das MC no sentido de romper o silêncio. Finalmente o Capítulo IV é baseado no trabalho de campo realizado durante a visita à Coreia do Sul. Analisa-se o papel do Korean Council,<sup>13</sup> as manifestações semanais e da House of Sharing<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Korean Council for Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan (Chungdaehyup)

<sup>14</sup> House of Sharing (Nanum-i'i chip)

## CAPÍTULO I

### O SISTEMA DE CONFORTO NA OCUPAÇÃO JAPONESA NA COREIA (1910-1945)

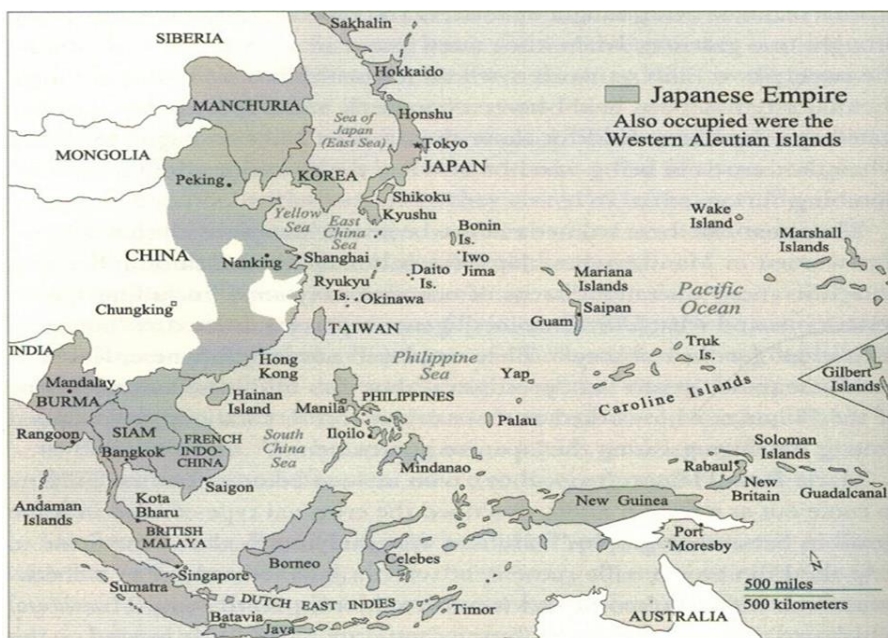


Figura 1- Mapa do Império Japonês (1910-1945) Fonte: Sarah Soh (2008)

*“We must record these things that were forced upon us.”*

Kim Hak Sun, 1991

Para que seja possível compreender o “Sistema de Mulheres de Conforto” (SC) criado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial e no qual foram envolvidas milhares de mulheres coreanas, será necessário em primeiro lugar, explicar as características da colonização japonesa da península coreana durante a primeira metade do século XX. Localizada na Ásia Oriental a península coreana encontra-se rodeada por três grandes impérios orientais: China, Rússia e Japão. A posição geoestratégica da Coreia, acompanhada pelas potencialidades das rotas comerciais marítimas e diplomáticas - em particular com a China e Rússia - viriam a intensificar um interesse do Japão neste país. De acordo com Seth (2009), a disputa regional pelo controlo da Coreia, tem o seu primeiro episódio com a Guerra de Jiawu (1894-95), opondo o Japão à China que durante séculos

exerceu uma forte influência sobre Coreia (Duus, 1998). O conflito termina em 1895 com a assinatura do Tratado de Shimonoseki, onde a China reconhece a total independência da Coreia e cede Taiwan, as ilhas Pescadores e Liaodong ao Japão.(cf. Seth 2009, 26). Para Duus (1998), “(...) *Japan was developing considerable economic ties with Korea, which it saw as a source of agricultural produce, but was facing Chinese competition. (...)*”. A entrada do Japão na Coreia durante esse período, viria a ser marcada por um conjunto de regras e leis em claro choque com as tradições locais e que marcaram a colonização japonesa(cf. Seth 2009, 27)). Estas medidas polémicas, ficaram conhecidas como reformas Kabo (cf.Nahm, 1985) tendo como objetivo final afastar progressivamente a influência Chinesa na Coreia (cf.Seth, 2009).

Baseadas no modelo da restauração nacional durante o período Meiji (1868-1912)<sup>15</sup> as Reformas Kabo na Coreia incluíam entre outras: (1) a alteração da estrutura social (através da erradicação dos *yangban* enquanto classe privilegiada), (2) a abolição do casamento infantil e alargamento da idade legal do matrimónio, (3) abolição da língua chinesa, (4) implementação do *Hangul* nos documentos oficiais e decretou ainda (5) que fosse ensinada a história da Coreia nas escolas recém-criadas pelo Japão (cf. Seth 2009, 27–28).

Com o tratado de Shimonoseki, o Japão consegue determinar o afastamento oficial da China sobre a Coreia e assegura o controlo da ilha de “Port Arthur” (atual distrito de Lvshunkou, na China). No entanto, esta decisão acabou por ser contestada pela Rússia que apoiada pela Alemanha e França bem como pela Rainha Coreana Myeongseong (também conhecida por Rainha Min) consegue retirar essa ilha ao Japão (cf. Seth 2009, 28). Deste modo, com o apoio da Rússia, a Rainha Min procede ao afastamento dos delegados responsáveis pela implementação das Reformas Kabo na Coreia. O posterior assassinato da Rainha Min em 1895 por apoiantes coreanos das reformas japonesas leva à emergência das primeiras revoltas nacionais contra o Japão (cf. Longford 1911, 350).

O segundo episódio relacionado com a disputa pela Coreia, acontece precisamente entre o Japão e a Rússia com a Guerra Russo-Japonesa entre 1904-1905 que termina com a

---

<sup>15</sup> Período de Meiji (1868-1912) ou Era Meiji corresponde ao período de governação de 45 anos do Imperador Meiji (1852-1912), 122º Imperador do Japão. De acordo com Tang (2009), este período ficaria marcado pelo favorável desenvolvimento económico do Japão, marcado pela implementação de uma série de políticas que impulsionaram o desenvolvimento da sociedade e da economia do país(cf. Tang 2009, 278:7).

vitória de Tóquio. No seguimento do conflito, é assinado o Tratado de Portsmouth onde a Rússia reconhece os interesses políticos, económicos e militares do Japão sobre a Coreia. (cf. Seth 2009, 33). Nesse mesmo ano ao regressar à Coreia, depois ter procurado refúgio na Rússia, o Imperador Gojong assina com o Japão o primeiro Tratado de Protetorado Japão-Coreia (Tratado de Eulsa). Este Tratado permitiu ao Japão não só adaptar as medidas necessárias para “guiar proteger e controlar” a Coreia (cf. Seth 2009, 36–38) como o próprio afastamento do Imperador coreano e a transferência dos direitos diplomáticos coreanos para o Japão.

Após o Tratado, o Japão inicia um programa de políticas destinadas a transformar radicalmente a estrutura e o funcionamento da sociedade coreana: (1) a alteração da estrutura social rígida clássica confucionista, baseada no estatuto social e hereditariedade; (2) o fim dos privilégios legais da classe aristocrática *yangban*, em particular na aquisição de propriedade e imunidade política e social; (3) a implementação dos primeiros mundos flutuantes<sup>16</sup> na Coreia; (4) abolição do sistema de exames nacionais que visava determinar o estatuto social e inserção na classe *yangban*; (5) abolição da escravatura; (6) implementação de leis em prol da equidade na empregabilidade; (7) proibição do vestuário tradicional coreano; (8) alteração dos nomes das cidades com adaptações para a língua japonesa; (9) expansão do sistema educativo por todo o país para ambos os géneros (cf. McKenzie 1920, 109).

No livro, “Korea’s Fight for Freedom” de 1920, McKenzie assiste aos desenvolvimentos que culminaram com a anexação da Coreia pelo Japão. Neste, o autor descreve a importância da valorização cultural e respeito pelos valores confucionistas pela sociedade coreana durante o séc. XIX, destacando a abolição do topete enquanto símbolo de hierarquia intelectual de carácter confucionista (cf. McKenzie 1920, 109). Enquanto medida de adaptação e modernização, as políticas de assimilação cultural implementadas pelo Japão terão influenciado negativamente a opinião pública coreana, acompanhada por um sentimento de impunidade anti-japoneses (cf. McKenzie, 1920).

---

<sup>16</sup> Os distritos flutuantes japoneses refere-se aos distritos vermelhos ou de prostituição licenciada no Japão. O conceito dos distritos flutuantes emergiu durante o período Edo (1600–1867) de acordo com Lee (2007), terá sido através da “Kyungseong Consulate Order No.3” que em 1905 aparecem os primeiros distritos flutuantes de inspiração japonesa na Coreia (N.-Y. Lee 2007, 457).

De acordo com King (1975), a economia coreana até à ocupação japonesa era baseada na agricultura, em particular produção de arroz. A terra era considerada a maior fonte de riqueza e controlada pelos *Yangban* (cf. King, 1975). Com a extinção desta classe, as terras que controlavam passaram a ser geridas pelo governo colonial japonês que procurou maximizar a sua produtividade (cf. Hundt and Bleiker 2007, 65–66).

Em conjunto com o controlo das terras e economia coreana, a ocupação japonesa incluía também políticas que vieram desafiar a identidade de uma sociedade até então estruturada segundo os princípios Neo-Confucionistas<sup>17</sup>. De acordo com Hundt (2007), para o Japão, a Coreia era o primeiro passo para o domínio e assimilação da região que passava mesmo pela adopção de nomes japoneses e a visita aos templos xintoístas como forma de demonstrar a lealdade para com o Imperador japonês ((cf. Nye 2014, 109). A implementação das políticas de assimilação e controlo económico da Coreia eram duas componentes importantes no projecto de segurança e expansão geoestratégica militar do Japão destinados a obter o reconhecimento internacional enquanto uma grande potência (Argibay 2003; Hicks 1997b; Soh 2008b).

---

<sup>17</sup> Introduzido na Coreia durante a Dinastia de Yi, esta doutrina exerceu uma forte influência hierárquica na sociedade coreana. Na ordem sociopolítica Neo-Confucionista coreana de acordo com Cheng (2000), o homem assume o poder e hierarquia na sociedade através da retitude moral a qual por sua vez, seria adquirida através do controlo sobre os seus desejos sexuais e passionais e controlo da pureza comportamental e sexual da mulher na sua família (Sea-ling 2000, 52). Estes valores eram salientes na sociedade coreana clássica e determinavam o discurso, comportamento e valores do individuo que por sua vez, influenciavam de forma determinante, a posição da mulher coreana na sociedade.

## 1.1. A EMERGÊNCIA DO SISTEMA DE CONFORTO NA COREIA



**Figura 1** - Mapa de distribuição das Estações de Conforto de acordo com os registos e testemunhos das vítimas.  
**Legenda:** Vermelho: Testemunhos das Vítimas Azul: Testemunhos de Militares Amarelo: Documentos Militares Oficiais  
Verde: Outros Testemunhos **Fonte:** Northeast Asian History Foundaiton (2016)

As primeiras “Estações de Conforto” (EC) aparecem na Manchúria (na actual China) em 1931 (ou 1932) durante a ocupação japonesa (cf. Beevor 2014, 72; Constant 1939). Na sequência da invasão e ocupação japonesa, as tropas japonesas eram acompanhadas por prostitutas japonesas com o objectivo de “motivar” e “incentivar” sexualmente as tropas japonesas (cf. Argibay, 2003; Hicks, 1997). Em 1937, o Japão entra em conflito aberto com a China e à medida que o exército imperial japonês avançava no território chinês eram cada vez mais conhecidos o seu comportamento violento junto da população chinesa. Chang (1997) recorda no seu livro *“The Rape of Nanking”* a entrevista realizada com um veterano de guerra descrevendo a destruição e ataque na cidade de Nanquim - a primeira cidade a ser atacada pelo Japão - "(...) *“Women suffered the most,”* (...) *“No matter how young or old, they all could not escape the fate of being raped”* (...)” recorda Takoro Kozo, ex-soldado da 114ª divisão do exército imperial militar (cf. Chang 1997, 48–50). Estas afirmações são ainda corroboradas por Beevor (2014), o qual destaca os acontecimentos apelidando-os de “Fúria Japónica” e ainda, no artigo de Constant (1939),

na revista quinzenal portuguesa “*Pensamento*” onde são destacadas as intenções imperialistas do Japão (cf. Chang 1997, 143–57; cf. Varga 2009, 290).

A violência e brutalidade dos ataques e estupros públicos realizados durante o ataque à cidade de Nanquim, viriam a ser condenadas pela comunidade internacional, mas que pouco conseguiu fazer para conter as forças japonesas (cf. Argibay 2003, 376). A forte crítica internacional face ao comportamento dos soldados japoneses acabam por influenciar o Imperador do Japão a lançar as EC. (cf. Hiromichi 2012, 8). Embora as EC se encontrassem operacionais desde 1931, como já foi mencionado, através da participação de prostitutas de viagem de nacionalidade japonesa, só em 1937 é que é formalizado o SC que veio legitimar e facilitar a mobilização dos meios e recursos necessários para o recrutamento de mulheres (cf. Beevor, 2014).

De modo a controlar a propagação das doenças venéreas que entretanto tinham passado a ser comum entre as prostitutas japonesas, Aso Tetsuo (1939) propôs no relatório “Um Método Positivo para a Prevenção das Doenças Venéreas” (em inglês, "A Positive Method for Prevention of Venereal Disease"), o recrutamento de jovens coreanas. Para Hicks (1997b), a inclusão de jovens coreanas, pode ser explicada pelo facto de serem consideradas já filhas do Imperador japonês depois da anexação da Coreia e por isso deviam-lhe total lealdade. Restrita aos membros do exército militar japonês, a utilização das EC incluía o pagamento monetário (cf. Soh 2008b, 39–41). Eufemisticamente identificados como “centros de entretenimento” ou “casas de banho públicas” pelos soldados que frequentavam estes estabelecimentos, as EC eram geridas e controladas pelos soldados do exército japonês os quais recrutavam cidadãos coreanos para controlar o fluxo de participantes (cf. Soh 2001a; Soh 2008b; J. Choi 2013; Okamoto 2013; W. Maxwell 2012; S.-Y. Kim 2013). Forçadas a oferecer serviços sexuais diários aos soldados japoneses (bem como coreanos que entretanto tinham passado a integrar o exército imperial japonês), estima-se que entre 100 a 200 mil mulheres tenham sido mobilizadas a participar no SC japonês (cf. Garon 1993). Dependendo do período histórico e ranking militar, as EC poderiam assumir várias formas e categorias<sup>18</sup>. À entrada das EC encontrava-se exposto o regulamento de leitura obrigatória, uma bandeira do Japão e

---

<sup>18</sup> Os períodos ou fases históricas das *Estações de Conforto* podem ser divididas em 3 (três) fases de acordo com Soh (2008): pré-invasão da Manchúria (1932-1937), pós-ataque de Nanquim (1938-1941) e pós-ataque a Pearl Harbor (1942-1945) (Soh 2008b, 133) De acordo com a autora estas podiam ser distinguidas quatro categorias: Concessionárias, Paramilitares, “*Quasi-brothels*” e Criminais (*Idem, ibidem*). (Soh 2008b, 133)

algumas placas de madeira com os pseudónimos japoneses que estas mulheres eram obrigadas a utilizar. A expressão “Mulheres de Conforto”<sup>19</sup> (MC) é uma tradução direta do termo em inglês “Comfort Women” o qual deriva das traduções dos termos em coreano (*wuianbu*) e japonês (*ianfu*), utilizado pelos soldados japoneses durante a II Guerra Mundial. De acordo com Soh (2008): “(...) *the soldiers also used the graphically objectifying term “public toilet” (kyodo benjo) to refer to this women, symbolically underlining the dehumanization and objectification of women as sexual receptacles(...)*”(cf. Soh, 2008a). Estas mulheres eram, de acordo com Hasegawa Yasushi “necessárias” (cf. Garon, 1993), sendo que Gueron considerava a prostituição : “(...) *to be necessary but hardly an evil, for the male body needed to satisfy sexual lust to maintain itself (...)*”(cf. House of Sharing, n.d., 23). Submetidas a injeções de ópio ou alucinogénios com o objetivo de facilitar o seu trabalho, o contacto com cada MC exigia a obrigatoriedade de utilização de um *Sakô* (preservativo) (cf. T. Y. Park 2013) fornecido gratuitamente à entrada de cada EC.

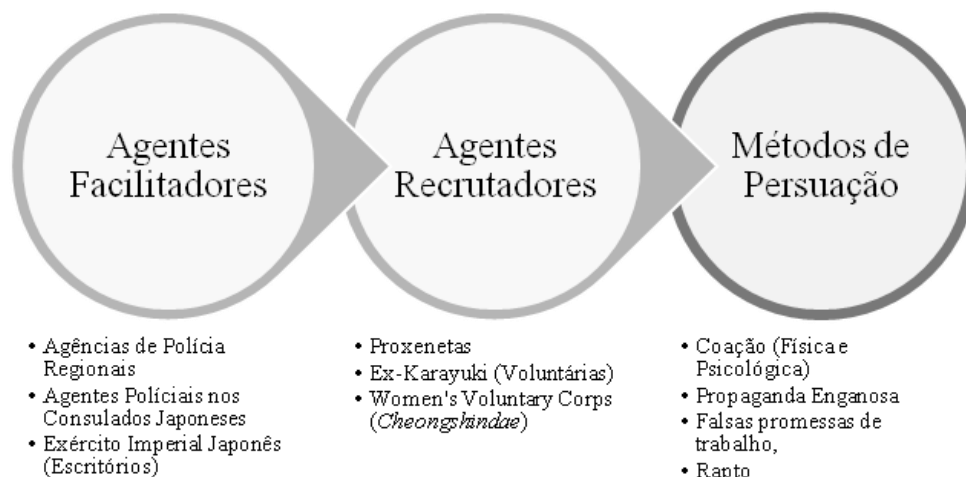
Através dos relatos das vítimas e ex-soldados japoneses, estima-se que cada MC viria a servir entre 20 a 30 soldados por dia. No entanto, nos dias que antecediam os ataques e missões de alto risco, o número de visitas seria significativamente superior (cf. Kimura 2003). Nas várias entrevistas que realizou a algumas ex-MC, Kimura (2003), indica que para além de mulheres provenientes da Coreia, também foram incluídas no SC mulheres chinesas, após a Segunda Guerra Sino-Japonesa (cf. Lie 1997, 255). A expansão do conflito para o Sudeste Asiático e no seguimento da vitória e ocupação japonesa em vários países nesta região acabou por ter como efeito a mobilização de mulheres desta região para o SC (cf. Kimura, 2013). Por outro lado, com a inclusão de mulheres provenientes do Sudoeste asiático e outros países da área geográfica circundante, o SC passou a ter uma hierarquia baseada no poder e na etnia: “(...) *Japanese ianfu were often reserved to officers, while the Koreans served the rank and file (...)*” (cf. W. Maxwell 2012, 3; Yu-ha 2015).

---

<sup>19</sup> Anexo V, Figura 2.

## 1.2. MOBILIZAÇÃO DE MULHERES DE CONFORTO COREANAS

A utilização de prostitutas de nacionalidade japonesa pelo exército militar japonês era uma prática comum no Japão (cf. Tetsuo 1939, 5). Um dos requisitos obrigatórios para a prática da prostituição exigia, no entanto, exames médicos periódicos e é num desses exames realizados a um grupo de soldados que tinham servido em Nanquim, que Aso Tetsuo (1939) descobre um elevado número de soldados infetados com doenças venéreas. De modo a controlar a sua propagação, Aso Tetsuo (1939) propõe no seu relatório, o recrutamento de prostitutas mais jovens e saudáveis como forma de controlar a propagação destas doenças (cf. Hicks 1997c, 48). A implementação do SMC emerge como uma solução rápida e eficiente que permitia não só mobilizar milhares de mulheres de territórios ocupados pelo Japão mas também controlar surtos de doenças (cf. Lie 1997, 255).



*Figura 3 - Processo de Mobilização de MC - Os Agentes Facilitadores passariam a informação necessária aos recrutadores que por sua vez utilizavam diversos métodos de persuasão para a sua posterior mobilização.*

No caso particular da Coreia, uma vez que muitas das mulheres se encontravam a trabalhar nas fábricas sob o olhar atento das autoridades japonesas, estas tornaram-se uma presa fácil no processo de recrutamento (cf. Soh 2009, 1228). O processo de recrutamento e mobilização de mulheres coreanas, para o SC incluía para além do recurso à coação (psicológica e física), o recurso à distribuição de propaganda enganosa, rapto e falsas promessas de trabalho (cf. Soh, 2009) . No entanto segundo Sarah Soh (2009), será importante destacar que a participação de mulheres incluídas neste processo baseando na natureza voluntária do seu recrutamento, o contexto da legalização desta atividade em contraste com os métodos de recrutamento e mobilização utilizados pelo exército japonês (Soh, 2009).

A seleção regional e local de MC consistia num processo complexo, sistemático e organizado (cf. Yu-ha, 2015). Distinguem-se dois tipos de agentes de seleção e recrutamento, utilizados no processo: Recrutadores e Facilitadores (Figura 3). Os Recrutadores, civis de nacionalidade coreana e japonesa, serviram como intermediários no processo de (1) identificação e (2) seleção nas diferentes regiões da península coreana (cf. Lee and Han, 2015). Nesta categoria incluem-se os proxenetas (de nacionalidade coreana ou japonesa), membros do Women's Voluntary Corps (ou *Cheongshindae*)<sup>20</sup>; e ainda ex-Karayuki, de nacionalidade japonesa. De acordo com Hicks (2008), as ex-Karayuki, serviriam não só como ferramenta de persuasão na sua posterior mobilização, mas também como forma de controlo das mulheres dentro das EC (cf. Hicks 1997a, 28–29).

Os Facilitadores eram predominantemente soldados do exército que trabalhavam em agências locais de polícia e escritórios do exército regionais. No relatório “*Comfort Women: A Focus on Recent Findings from Korea and China*” de Lee e Han (2015) verifica-se que os agentes facilitadores seriam responsáveis pela (1) emissão de documentos de viagem para as mulheres, (2) gestão do processo de entrega e levantamento dos documentos e certificado nos postos da marinha japonesa, (3) emissão de cartões de identificação de viagem e ainda (4) a requisição de meios de transporte para a posterior mobilização pelos membros do exército militar.

Note-se que durante o período da segunda Guerra sino-japonesa (1937-1945), o forte controle de fronteiras pelo Japão na península coreana, acompanhado pela identificação destas mulheres como “divertimento para as tropas” ou “*entertainers*” terá sido fundamental facilitado desta forma o seu transporte (Lee e Han, 2015). Em suma, os Agentes Facilitadores serviriam como forma de identificação e caracterização das vítimas, passando a informação para os Agentes Recrutadores que por sua vez, recorriam à utilização de métodos de persuasão para a posterior mobilização de MC. No perfil das jovens mulheres recrutadas para este sistema<sup>21</sup>, destacam-se as seguintes características: (1) idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos; (2) residentes nas várias colónias japonesas; (3) analfabetas; (4) indigentes; e (5) provenientes de zonas rurais isoladas.

---

<sup>20</sup> “Women Voluntary Corps” ou Jeongshindae, eram os grupos de mulheres voluntárias pelo exército do Japão com o objetivo de recrutar mulheres para operar nas fábricas de produção recém-implementadas na península. O Corpo de Serviço Laboral de Voluntário acabou por servir ainda como método de identificação e seleção de jovens mulheres para o SC.

<sup>21</sup> A abrangência dos dados aqui apresentados tem como objetivo procurar encontrar correspondências com as informações dos relatos públicos e bibliográficos das sobreviventes entre 1930 e 1937.

No caso das raparigas de famílias abastadas, estas eram excluídas do recrutamento, uma vez que serviriam as autoridades japonesas sob forma de colaboração no controlo das famílias mais pobres. Com o alargamento do território conquistado na Ásia pelo exército japonês, o recrutamento de mulheres estendeu-se para o Sudoeste Asiático, Taiwan, Timor entre outros, onde a seleção de mulheres sem formação educativa, provenientes de famílias indigentes era preferencial (cf. Soh, 2008a).

De acordo com Hicks (2008), um dos métodos não recorrente, registado nos vários relatos de sobreviventes, terá incluído o recurso à violação pública e estupro destas mulheres e que por sua vez, terá servido como argumento de intimidação e coação no processo de persuasão (cf. Hicks, 1997c) Nos relatos de sobreviventes como o de Kim Bok Dong é possível depreender o recurso à violência, rapto, propaganda enganosa e coação como alguns dos métodos de persuasão mais frequentes<sup>22</sup>:

*“One day the guy who wore a yellow suit came with some policemen. They said “The girl will come with us to work as “Tenshitai” to the army”. My mother asked what “Tenshitai” was and he said that it was a factory for suits for the military uniforms and that if I was old enough and got married I would be sent home. After the conversation my parents could not deny this as they told us that there would not be ration distribution for my family. So I went to Busan harbor in the second dock and when I arrived there were 20 other women and everyone thought they were going to work in a factory.” – Kim Bok Dong (Hyang, 2016)*

Dependendo dos membros do exército designados para a gestão e localização das EC, os edifícios e instalações que resistissem à destruição, eram renovados alojar as mulheres que trabalhavam neste sistema. As EC poderiam assumir várias formas, sendo categorizadas de acordo com Soh (2008) como Concessionárias, Paramilitares e Criminais (Anexo 3) (cf. Soh, 2008b). Em Jiqingli, na Província de Wuhan (China), a Jornalista Jennifer Moon, descreve no vídeo-documentário *““Comfort Women” One Last Cry*” um dos antigos bordéis militares (EC) que o exército japonês adaptou:

*“ (...)Each unit numbered by the Japanese military during world war two held about a dozen of teenage girls of various nationalities. Now in this industrial lore there are roughly twenty of these units. Locked up in this military brothel were about two hundred of the so called Comfort Women.(...)” ( Park, 2013)*

---

<sup>22</sup> Para mais informações sobre as vidas de algumas das sobreviventes deste sistema, recomenda-se a leitura do artigo *“Pre- and Post-War Life History of Sex Slave Victims by Imperial Japanese Army”* (2014), de Ahn, Shinkwon; Lee, Yunho; e Park, Kyungil no jornal periódico *“Life Science Journal 2014”* Vol. 11 n.º 7.

Ha Sang Suk (2013), uma sobrevivente recrutada pelo SC japonês, descreve a sua experiência enquanto MC:

*“I was brought to China with my long hair braided. Other girls in the brothel would say, “Oh, no. They’ve brought a girl still wet behind the ears.” They would say, “She is still green. They’ve brought a baby.” I had no idea what they meant. I was still immature. They’ve all died. These older girls have all died. How I wish they were alive. They’re all dead, now. In their death beds, they asked to me live and tell the world what the Japanese did to us; the horrendous things they made us do in the brothels; all the wrongdoings. (...) On holidays, they would line up outside our doors as if they were buying something at a store. For a young girl to sleep with so many men every day, it was so painful. Oh, how much I cried, how much I cried.””- Ha Sang Suk (cf. T. Y. Park 2013)*

Por outro lado, o testemunho de outras ex-MC, como o de Chong Ok Sun (1996), recrutada para o SC com 13 anos, descrevem dificuldades linguísticas e culturais após a saída da EC abandonada pelo exército:

*“ (...)I think over half of the girls who were at the garrison barracks were killed. Twice I tried to run away, but both times we were caught after a few days. We were tortured even more and I was hit on my head so many times that all the scars still remain. They also tattooed me on the inside of my lips, my chest, my stomach and my body. I fainted. When I woke up, I was on a mountainside, presumably left for dead. Of the two girls with me, only Kuk Hae and I survived. A 50-year-old man who lived in the mountains found us, gave us clothes and something to eat. He also helped us to travel back to Korea, where I returned, scarred, barren and with difficulties in speaking, at the age of 18, after five years of serving as a sex slave for the Japanese. (...) – Chong Ok Sun (cf. Nações Unidas 1996, 13–14)<sup>23</sup>*

É através destes testemunhos que a história das MC coreanas nos permite conhecer e averiguar os danos físicos e psicológicos infligidos pelos soldados japoneses durante a guerra. Estas histórias e experiências permanecem com as sobreviventes e existem ainda, relatos de comportamentos de risco, nomeadamente sob a forma de continuidade destas funções nos bordéis militares americanos, os quais haviam sido implementados pelos aliados, recorrendo às infraestruturas previamente criadas na Coreia pelo governo japonês.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Relatório do Conselho Económico e Social das Nações Unidas n.º E/CN.4/1996/53/Add.1 publicado a 4 de Janeiro de 1996, disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/101/23/PDF/G9610123.pdf?OpenElement> (Consultado em: 14/07/2015)

<sup>24</sup> De acordo com Tanaka (2002), dos 13 distritos japoneses destinados para a institucionalização dos R.A.A. (Recreation and Amusement Association) das tropas americanas, todos incluíam mulheres de nacionalidade coreana (Tanaka 2002, 144–45).

## CAPÍTULO II

---

### NEO-CONFUCIONISMO E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE COREANA (1910-1988)

---

Influenciada pela cultura e ideologia política chinesa em diferentes épocas da sua história pré-colonial, a vida das mulheres coreanas caracteriza-se por uma forte influência da ideologia Neo-Confucionista. Adotada durante a Dinastia de Yi como ideologia nacional e vocacionada para a dimensão sociopolítica, esta ideologia é caracterizada pela hierarquização sobre as relações humanas. Baseadas na idade, género e hereditariedade, a alteração do *status* social da mulher em detrimento do homem, destaca a *hipermasculinização* de uma sociedade de cariz patriarcal (cf. Han e Ling, 1998).

Influenciada pela dependência familiar sobre os membros de género masculino que esta ideologia exigia, a mulher coreana tradicional procurava retratar a regra dos Três Laços, os quais, procuravam solidificar o poder do homem através do conjunto de relações hierarquizadas (cf. Ling, 2001).

Desta forma e descrita por vários autores por uma sociedade com uma forte interdependência social de cariz androcêntrico, a educação da mulher tradicional ter-se-á baseado nos princípios de reverência filial (*hyo*), lealdade política (*chung*) e conduta virtuosa (*ye*) (cf. Deuchler, 1992; Koh, 2008; Park, 2005; Choi, 1994). Será portanto importante destacar as reduzidas oportunidades educativas para estas mulheres, caracterizadas pela restrição de atividades exteriores e confinadas ao ambiente doméstico e familiar. Caracterizadas como seres humanos de estirpe social inferior, os códigos de conduta inseridos na sociedade coreana tradicional limitavam a intelectualidade da mulher:

*“(...)women's education during the Yi dynasty can be called indoctrination in that it aimed to fix in their minds the belief that the Confucian ideal woman should be passive, obedient, chaste, and subordinate to men. The nature of educational goals for Yi women were instrumental and far from being ideals of personal development.(...)”*  
(cf Won, 1994)

## 2.1 COLONIALISMO JAPONÊS (1910-1945)

Não obstante do longo período de *hipermasculinização* que prevaleceu durante a Dinastia de Yi, a emergência do *status* social da mulher teve o seu início durante o período colonial japonês na Coreia (cf. Yoo, 2008; Choi, 1994; Won, 1994; Wells, 2004; Clark, 2000). Implementados pelas igrejas católicas missionárias na Coreia (cf. Yoo, 2008); os novos padrões de educação de cariz ocidental permitiram de acordo com Wells (2004), a reconfiguração do papel da mulher, transformando-a numa ferramenta essencial de emancipação intelectual e laboral (cf. Wells, 2004). Numa sociedade dominada pelo poder patriarcal e uma vez que as mulheres representavam cerca de metade da população coreana no seguimento da mobilização de homens coreanos para o esforço de guerra japonesa na China (cf. Palmer, 2013); as autoridades coloniais japonesas decidiram que seria portanto necessário, alargar as oportunidades educativas e laborais entre ambos os géneros durante o período inicial da ocupação (1905-1910) (Yoo, 2008). Palmer (2013) argumenta que a mobilização de coreanos para o esforço de guerra pode ser justificado pela tradição e mentalidade japonesa, determinante na eficiente aplicação de leis e regulamentos que pudessem legitimar os meios de coação utilizados durante o recrutamento (cf. Palmer, 2013). Desta forma, a rápida modernização técnica, económica e social na Coreia, intensificada pelas políticas de assimilação aplicadas através do Governador-Geral na Coreia, demonstraram-se determinantes na evolução dos parâmetros sociais entre géneros (cf. Yoo, 2008). De acordo com Wells (2004), a inclusão das mulheres no sistema educativo coreano, acompanhado pelas novas oportunidades laborais acabaria por inspirar as novas gerações:

*“ (...) The revolutionary integration of females into an education structure at all levels and the fact that female missionaries, often unmarried, established and managed schools in the same non-domestic social space as males and with apparent equal rights, proved an enormous inspiration to girls and young women.(...)” (cf. Wells, 2004)*

As novas oportunidades de trabalho para as novas mulheres coreanas<sup>25</sup> revelaram estar contudo, na origem de um período de tortura e exploração laboral (cf. Yoo, 2008). Controladas por gestores de origem coreana, recrutados pelas autoridades militares

---

<sup>25</sup> De acordo com Wells (2004), a “Nova Mulher” “ (...) as they were immediately called, were the new educated women, for whom liberation signified release from what held them back and given them an inferior status to men (...)” (cf. Wells 2004, 158).

japonesas, estas mulheres acabariam também, para além de sofrer várias formas de assédio, por ser vítimas de violência sexual e psicológica dos seus superiores. De acordo com o relatório realizado pelo Governador-Geral na Coreia em 1938 - em resposta ao editorial do jornal coreano *Choson sinmun* de 1937 - o elevado número de assédios a mulheres nestas fábricas era uma das principais razões que as levava a abandonar em número elevado o seu trabalho (cf. Yoo, 2008). Ao mesmo tempo, centenas de milhares de coreanos eram obrigados a ir trabalhar e lutar em países estrangeiros ocupados pelo Japão (cf. Palmer, 2013); nesta leva, iam também, e frequentemente de forma involuntária, mulheres coreanas para se juntarem às redes de prostituição (cf. Ruoff, 2010). De acordo com Lie (1995), as mulheres coreanas que se dedicavam ao trabalho sexual distinguiram-se em três tipos: *Kisaeng*, prostitutas de rua e MC (cf. Lie, 1995). Este tipo de organização era dirigido e influenciado pelo poder colonial japonês. No Japão, para além de impulsionar a economia local, o sistema de prostituição licenciada visava proteger as políticas de gestão económica do país e reforçar as diferenças hierárquicas entre géneros (cf. Garon, 1993).

A introdução da ideologia socialista<sup>26</sup>, por via de influência dos grupos religiosos ocidentais na Coreia no final dos anos vinte do século XX contribuiu para o debate em torno da opressão da mulher na sociedade coreana. Em 1919, durante a manifestação nacional que ficaria conhecida como “Movimento 1º de Maio”<sup>27</sup>, assiste-se ao primeiro momento de união social entre géneros onde foi permitido às mulheres uma participação ativa, tornando-se assim, no primeiro passo para a suposta conquista de uma Coreia mais igualitária (cf. Choi, 1994). Neste ano emerge a primeira organização feminista por via dos media. A revista *Nova Mulher (Sin Yoja)*<sup>28</sup> de Kim Wonju<sup>29</sup> assinala a emergência do

---

<sup>26</sup> De acordo com Choi (2013), os movimentos sociais feministas na Coreia durante a ocupação japonesa dividiam-se em três a introdução do socialismo na Coreia durante os anos vinte, remodelou o discurso, objetivos e estratégias sobre a "Nova Mulher" coreana. Os movimentos feministas de inspiração socialista estavam centralizados na discussão do *status* e condições de trabalho da mulher trabalhadora (*yogong*), marginalizada na sociedade coreana (cf. H. Choi 2013, 7).

<sup>27</sup> Realizado em 1919, o Movimento 1º de Março terá sido a primeira manifestação organizada a nível nacional pela resistência pró-independência coreana a objetivar a independência da Coreia. Destacamos aqui o caso de Yu Gwan Sun (1902-1920), uma jovem mártir de 18 anos que participou ativamente no movimento é ainda hoje identificada como um exemplo de participação feminina na revolução e mais tarde, seria considerada um símbolo de independência da Coreia.

<sup>28</sup> Tradução literal do inglês “New Women”

<sup>29</sup> Kim Wonju (1896-1935), foi uma escritora, ativista feminista e freira budista. Ficou reconhecida pelo talento para a escrita, produção e publicação de literatura relacionados com os direitos das mulheres incorporados na filosofia budista (cf. J. Park 2005, 123-28). Kim é creditada a publicação da primeira revista feminista na Coreia onde se dedicou a escrever vários artigos de reflexão sobre os problemas sociais que as mulheres enfrentaram durante o colonialismo japonês (Idem, 133-37).

primeiro movimento feminista liberal na Coreia<sup>30</sup>(cf. Choi, 2013). Pioneiro e inovador no pensamento feminino da época, este movimento acabaria por conquistar as primeiras páginas dos principais jornais coreanos. No entanto, de acordo com Choi (2013), a fraca capacidade de mobilização desta organização e dificuldade de articulação de temas capazes de abranger os problemas específicos da sociedade feminina moderna, comprometeu a sua continuidade (cf. Choi, 2013). Noutra registo, de discurso intimista e crítico, baseado nos ideais de castidade e amor da ideologia Neo-Confucionista, os primeiros números desta edição procuravam promover uma reflexão sobre as questões da igualdade social, recorrendo à ironia e crítica sobre os valores e costumes que haviam sido suprimidos pelas autoridades coloniais japonesas. Neste contexto e inspiradas pelos esforços de Kim Wonju, surge a Associação de Jovens Mulheres Coreanas Cristãs (YWCA), a primeira associação religiosa feminista, fundada em 1922 (cf. Choi, 2013). A YWCA tornar-se-ia a organização mais importante entre os movimentos feministas na Coreia, desafiando as regras de género, promovendo a educação entre as mulheres, independência económica e fornecendo, sempre que possível, apoio social e legal (cf. Choi, 2013). A participação de outros movimentos durante o colonialismo japonês incluiu ainda, movimentos pró-independência<sup>31</sup> em prol da reconstrução social na Coreia (cf. Choi, 2013).

Da YWCA, acaba depois por emergir, no ano seguinte, a União “Temperada” de Mulheres Coreanas Cristãs (KWCTU)<sup>32</sup> destinada a combater a legalização da prostituição na Coreia e promovendo a educação a favor da causa feminista bem como a abstinência alcoólica. De acordo com Lee (2007) a criação de movimentos pioneiros - embora relacionados com a causa religiosa – contribuíram na discussão social sobre a desigualdade entre géneros e terá sido o primeiro ato de resistência feminista na Coreia, contra o sistema

---

<sup>30</sup> Para mais informações sobre vertentes políticas dos movimentos feministas Coreanos no séc. XIX, recomenda-se a consulta das páginas 7-10 do livro “*New Women in Colonial Korea: A Sourcebook*” de H. Choi (2013).

<sup>31</sup> De acordo com Hui (2004), o movimento 1º de Março marcou a emergência do nacionalismo coreano e com ele apareceram os primeiros grupos pró-independência. O movimento “Clube da Independência (Independence Club) de organização progressista, cultivou na sociedade os valores de modernização e pátria e ambicionava renascer a sociedade civil através da modernização e interdependência económica com potências estrangeiras. Findas as atividades em 1907, emerge o movimento nacionalista coreano em 1908 (cf. Suk 2004)

<sup>32</sup> A KWCTU é um movimento missionário incluído na *World Woman’s Christian Temperance Union* (WWCTU) desde o ano da sua fundação, com o objetivo de contribuir para a abstinência alcoólica, nicotina e poligamia. O movimento mantém-se ativo recorrendo à realização de conferências e seminários e ainda, a promoção de folhetos informativos nas escolas, exército e universidade (cf. Korea Woman’s Christian Temperance - KWCTU 2015).

japonês de prostituição na Coreia, caracterizando-o de antiquado, de origem colonial e patriarcal (cf. Lee, 2007). De acordo com a autora, a KWCTU também defendia os direitos da mulher e exigia a supressão imediata da prostituição, caracterizando a sua continuidade uma ameaça à implementação de um sistema social democrático e equitativo (Lee, 2007).

Em 1925, é criada a SAPL - Sociedade para a Abolição da Prostituição Licenciada (*Society to Abolish Licensed Prostitution*), organizadora da primeira manifestação contra o sistema de prostituição legal na Coreia e na qual participaram os movimentos feministas supracitados (cf. Lee, 2007). Deste modo, assiste-se aos primeiros passos da mobilização feminista coreana em prol dos direitos da mulher num contexto de ocupação colonial. Podemos ainda constatar, a sua colaboração com movimentos sociais pró-democráticos que mobilizavam a sociedade civil contra as políticas de assimilação japonesa. Com a intensificação do SC a partir dos anos 1930s e a repressão do poder colonial japonês, progressivamente estas organizações e fundações femininas foram morrendo (cf. Wells, 2004; Choi, 2013).

## 2.2. ENTRE LIBERTAÇÃO E AUTORITARISMO (1945-1961)

Após os bombardeamentos atômicos das cidades de Hiroshima e Nagasaki em 1945, o Japão apresenta a sua rendição incondicional e a Coreia volta a ser independente. Entre 1946 e 1948 as forças militares aliadas realizaram os Julgamentos de Tóquio onde foram julgados criminalmente, os líderes do Japão pelos atos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, Cathey (2008) salienta que nestes julgamentos uma grande maioria dos réus não incluía membros do exército oficiais responsáveis pela criação, execução e manutenção do SC na Coreia e restantes países asiáticos.

No contexto cultural de uma sociedade modelada por valores familiares tradicionais, a falta de provas documentais sobre este sistema tornariam as MC coreanas suscetíveis de serem condenadas ao ostracismo pela sua família e sociedade (cf. Okamoto, 2013). Conscientes das dificuldades de inserção social que um regresso à Coreia poderia abarcar no final da guerra, algumas das sobreviventes acabaram por permanecer nos países onde haviam sido escravizadas ou cometer o suicídio (cf. Tanaka, 2002). No entanto, exemplos de testemunhos de sobreviventes como Ha Sang Suk (cf. Park, 2013); permitem-nos perceber que existiram outros casos de MC que optaram por permanecer nos países das EC, sobrevivendo numa vida solitária ou dependente de terceiros sem apoio social. Por outro lado, o testemunho de outras ex-MC, como o de Chong Ok Sun (1996), recrutada para o SC com 13 anos, descrevem dificuldades linguísticas e culturais após a saída da EC abandonada pelo exército:

*“ (...)I think over half of the girls who were at the garrison barracks were killed. Twice I tried to run away, but both times we were caught after a few days. We were tortured even more and I was hit on my head so many times that all the scars still remain. They also tattooed me on the inside of my lips, my chest, my stomach and my body. I fainted. When I woke up, I was on a mountainside, presumably left for dead. Of the two girls with me, only Kuk Hae and I survived. A 50-year-old man who lived in the mountains found us, gave us clothes and something to eat. He also helped us to travel back to Korea, where I returned, scarred, barren and with difficulties in speaking, at the age of 18, after five years of serving as a sex slave for the Japanese. (...) – Chong Ok Sun (cf. Nações Unidas 1996)<sup>33</sup>*

---

<sup>33</sup> Relatório do Conselho Económico e Social das Nações Unidas n.º E/CN.4/1996/53/Add.1 publicado a 4 de Janeiro de 1996, disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/101/23/PDF/G9610123.pdf?OpenElement> (Consultado em: 14/07/2015)

Como podemos verificar, os danos traumáticos infligidos pelos soldados japoneses durante o serviço das MC nas EC permanecem com as sobreviventes e em alguns casos, induzem comportamentos de risco sob a forma de continuidade do trabalho das EC, servindo as tropas americanas nos bordéis militares americanos institucionalizados com o apoio do governo japonês<sup>34</sup>. Independentemente das opções de sobrevivência durante o pós-guerra, o estado mental e físico de Ex-MC como Ha Sang Suk, associados com os valores sociais e culturais supracitados, resultaram num afastamento da sociedade coreana, omitindo desta forma, os seus testemunhos (cf. Min et al., 2011): “(...) *I didn't even write to my family since I left home. What I was forced to do here is not something to be proud of. Imagine how heartbroken my mother would have been had she found out what happened to me*” - *Ha Sang Suk* (cf. Park, 2013).

Num ato de cumplicidade política que serviu o interesse das forças aliadas durante este período, a criação do sistema da Associação de Entretenimento Recreativo (*Recreation Amusement Association ou RAA*)<sup>35</sup> pelo governo japonês seria, durante este período, introduzida de forma progressiva na Coreia, concentrando estes estabelecimentos numa área circundante e restrita de acesso controlado pelo exército (cf. Tanaka 2002, 84). Por outro lado, também no relatório de investigação n.º120 realizado pela *Allied Translator and Interpreter Section* de 1945<sup>36</sup>, são apresentadas várias entrevistas a soldados e gestores de vários bordéis (legais e ilegais) no Myanmar e Indonésia, que analisados em conjunto com o relatório n.º 49<sup>37</sup> pela Equipa de Guerra Psicológica dos EUA, são segundo Tanaka

---

<sup>34</sup> De acordo com Tanaka (2002), dos 13 distritos japoneses destinados para a institucionalização dos R.A.A. (*Recreation and Amusement Association*) das tropas americanas, todos incluíam mulheres de nacionalidade coreana (Tanaka 2002, 144–45).

<sup>35</sup> Lie (1992), infere a criação de um *Recreation Amusement Association* (RAA) visava entreter e receber as tropas americanas que estariam prestes a ocupar o Japão e assim gerir um possível descontrolo semelhante ao incidente chinês (Lie 1997, 256). O receio da lascívia que a ocupação americana sobre as mulheres japonesas poderia originar, acabaria por culminar na recriação de um Sistema de Conforto japonês adaptado às necessidades dos novos aliados (cf. Garon 1993, 730).

<sup>36</sup> Publicado a 15 de Novembro de 1945, este relatório encontra-se dividido em cinco partes distintas, destacando-se o capítulo II (*Amusements*) onde se pode verificar a distinção de bordéis por região e tipos de serviços sexuais de acordo com o ranking militar dos soldados japoneses. Este relatório é notório pela referência pormenorizada de entrevistas a vários bordéis em Burma integrando ainda os vários formulários utilizados para registar as MC e outras prostitutas legalizadas que ali operavam (cf. Supreme Commander for the Allied Powers, Allied Translator and Interpreter Section, and Supreme Commander for the Allied Powers General Headquarters 1945, iii)

<sup>37</sup> No relatório n.º 49 “*Japanese Prisoner of War Interrogation*” realizado pela equipa de guerra psicológica (*Trad. Psychological Warfare Team*) das forças armadas americanas, é descrito o interrogatório realizado a vinte MC ou “*Comfort Girls*” indentificando as condições de vida e trabalho baseado nas entrevistas realizadas a dois soldados japoneses capturados em Burma e na Índia (*United States Office of War Information 1944*).

(2002), suficientemente esclarecedores sobre a implementação de casas de prostituição no Japão. Oferecem também a oportunidade de se compreender os motivos que conduziram ao silêncio sobre o SC japonês e recrutamento de MC enquanto crime de guerra durante a Segunda Guerra Mundial (cf. Tanaka 2002, 84). Durante a presença militar norte-americana no Japão, o governo japonês acaba por manter as redes de prostituição similares ao SC denominadas como RAA com o objetivo de entreter as tropas americanas e preservar a pureza e superioridade racial (cf. Lie, 1997). Entretanto, a península coreana, devastada pela guerra, é dividida em duas partes em 1945 com o norte ocupado por forças soviéticas e o sul por forças norte-americanas. Em 1948, realizam-se as primeiras eleições nacionais supervisionadas pela ONU e Syngman Rhee<sup>38</sup> é eleito como o primeiro presidente da República da Coreia (do Sul), apoiado pelo Partido Democrático Coreano (PDC)<sup>39</sup> e pelos EUA e com o voto da maioria dos cidadãos. (cf. Kim, 2003). Mas dois anos depois, e no seguimento de um conturbado período político nesta parte do país, o norte invade o sul dando início à Guerra da Coreia que duraria até 1953 e que causaria milhões de mortos e a quase destruição de uma península que já tinha saído da ocupação colonial em má situação económico-social. Em consequência, a Coreia do Sul emerge deste guerra civil a depender fortemente da de ajuda externa (cf. Shambaugh e Yahuda, 2008).

Durante a presidência de mandato de Rhee (1948-1960), os elementos da elite política coreana adotaram um comportamento moral e hierárquico na sociedade, característico do Neo-Confucionismo tradicional coreano impedindo desta forma, a participação de todos os cidadãos sul-coreanos durante o período de governação (cf. Thomsen e Kim, 1993). Uma das suas primeiras políticas marcou de forma radical a organização social da Coreia do séc. XX: a Lei Civil do sistema “Hoju”<sup>40</sup> em 1953 (cf. Koh, 2008). Os grupos e movimentos sociais feministas na Coreia criados durante o processo de colonização japonesa, rejeitaram a lei e decidiram lutar contra a sua implementação. Para aqueles coreanos que ainda seguiam os ideais tradicionais Neo-Confucionistas, este sistema social era visto de forma positivo porque, tendo sido implementado no início da Dinastia Yi, era uma marca cultural coreana tradicional, remetendo à fundação do sistema da família típica coreana (cf. Koh, 2008).

---

<sup>38</sup> *Syngman Rhee* foi o primeiro presidente do Governo Provisório da República da Coreia em Exílio (1919 - 1925) e primeiro presidente da República da Coreia do Sul (1948-1960).

<sup>39</sup> Trad. do inglês “Korean Democratic Party (KDP)”

<sup>40</sup> O novo sistema de registo social nacional consistia na identificação obrigatória de um membro da família de género masculino enquanto “cabeça de família” ou “*hoju*”.

Pelo contrário, para vários grupos de mulheres, a nova lei representava uma visão patriarcal, antiquada e de pura inspiração confucionista (cf. Koh, 2008). Em consequência, o debate em torno da nova lei permaneceria vivo junto dos grupos feministas no período pós-Guerra da Coreia (cf. Koh, 2008; Varga, 2009)

De forma a responder à crescente pressão social incentivada pelos movimentos feministas e pró-democráticos, Syngman Rhee opta por apoiar a fundação em 1959 do Conselho de Associações de Mulheres Coreanas (KWAC) (cf. Moon, 2002). A sua fundação viria a contar ainda, com o apoio direto de trinta e sete organizações feministas de caráter religioso (cf. Moon, 2002). A primeira organização apolítica e conservadora feminista no entanto, não correspondia às expectativas dos grupos feministas na luta contra o tradicionalismo confucionista, uma vez que, as suas atividades e objetivos baseavam-se no trabalho de caridade, protecção do consumidor, formação laboral, momentos de socialização entre membros e a promoção de conferências e aulas de formação de economias domésticas (cf. Moon, 2002); ao invés da luta contra os problemas sociais que afetavam diretamente as mulheres coreanas. Embora os temas feministas não representassem uma ameaça direta à agenda política de Rhee, a incapacidade de promover o desenvolvimento económico e social acompanhado pelas consecutivas alterações na constituição - com o objetivo de prolongar o seu mandato - acabariam por levar a um crescente descontentamento social e que resultaria nos protestos na cidade de Masan a 19 de Abril de 1960 e que acabaria por terminar em violentos confrontos com a polícia coreana (cf. Armstrong, 2002). O crescente descontentamento e conflito nacional acabou por determinar na demissão de Syngman Rhee e alteração do sistema político de presidencial para parlamentar com a eleição do primeiro-ministro Yun Bo Seon. Este, no entanto, teria uma vida curta. A continuação do descontentamento social termina num golpe de Estado em 1961 liderado por Park Chung Hee (cf. Kim, 2014).

### 2.3 ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA (1961-1988)

Park ambicionava a criação de um Estado independente da ajuda externa e capaz de se defender da ameaça que a Coreia do Norte representava (cf. Kang, 2014). Para isso, recorreu à implementação de medidas de incentivo ao emprego, produção agrícola e exportação de produtos nacionais, através da abertura de escolas nas áreas rurais e promovendo desta forma, a literacia (cf. Soares de Oliveira, 1992). A mulher coreana tornar-se-ia a verdadeira heroína do programa de Park a qual, conseguiu consolidar a sua independência económica. Permitindo-lhe ajudar a família e chegar ao casamento com menor grau de dependência dos sogros (cf. Soares de Oliveira, 1992). De acordo com Soares de Oliveira (1992), a diligência das moças “casadoiras” foi decisiva para a entrada da Coreia nos mercados externos. Estimulado pelo êxodo rural e crescimento económico nestes distritos, a prostituição acompanhou as forças militares presentes na península coreana (cf. Soh, 2008a). Nos meios de comunicação coreanos passava-se a utilizar, ainda que de forma incorrecta, a expressão coreana *Wianbu*, utilizada para identificar as prostitutas que acompanhavam e serviam as tropas americanas durante os anos 90 (cf. Soh, 2008a)<sup>41</sup>. Em contraste, as prostitutas coreanas de acordo com Lee (2007), eram ainda apelidadas de “Prostituta Ocidental” (*Yanggalbo*)” ou “Princesa do Ocidente” (*Yanggongju*)” e sujeitas à viver nas margens da sociedade coreana (cf. Lee, 2007). Uma vez que ainda prevaleciam as leis coloniais americanas em vigor na Coreia que criminalizavam esta atividade<sup>42</sup>, de acordo com Soh (2008), os primeiros edifícios residenciais e comerciais são construídos nas redondezas, com o objetivo de alojar os membros do exército (Soh, 2008a). Com o fluxo social a acompanhar o crescimento económico que se fez sentir nestes distritos, durante a primeira fase de implementação, muitas das famílias que habitavam nas redondezas, começaram a viver nas imediações das bases militares e bordéis, estes últimos onde sobreviventes do SC acabariam por encontrar

---

<sup>41</sup> Finda a ocupação japonesa na Coreia e findo o SC japonês de carácter militar, apenas nos anos 90 é possível verificar uma alteração de termos e comportamentos dos média referente a esta terminologia e sistema.

<sup>42</sup> De acordo com Lee (2007), a norma nº. 70 intitulada “*The Prohibition of Trafficking of Women and Girls or of Contracts for Such Trafficking*” (...)” impedia aos Estados Unidos de praticar o tráfico, venda ou mobilização de mulheres para as redes de prostituição (cf. N.-Y. Lee 2007, 465–66); e conclui que à imagem do SC japonês, o controlo de doenças venéreas terá sido reforçado durante a Guerra das Coreias sobre o escrutínio das autoridades americanas e mais tarde, pelas as autoridades locais coreanas (Idem, 474).

uma forma de sobrevivência<sup>43</sup>. A questão das MC reemerge nesta altura, quando em 1965 a pedido dos EUA, Park normaliza as relações diplomáticas com Japão (cf. Nações Unidas, 1966). Esta decisão acabaria por não ser aceite junto das fações políticas e sociais nacionalistas e que, de acordo com Burkman (1959), exigiam a resolução imediata de temas não resolvidos nos Julgamentos de Tóquio como a questão das MC ou a soberania das ilhas de Liancourt<sup>44</sup>(Burkman, 2014). No entanto, este viria a prosseguir com o acordo, apesar da insatisfação política e social generalizada (cf. Yoon, 2011). As sobreviventes do SC por outro lado, não conseguiam regressar à Coreia e desconheciam o acordo.

Durante a presidência de Park e inserido no Plano de Desenvolvimento Nacional, assiste-se ainda á criação em 1970 do Movimento Aldeia Nova (*Saemaul*), designado para promover uma participação da população rural seria motivada para fazer muito e fazer grande (cf. Soares de Oliveira, 1992). Curiosamente, no seguimento deste Movimento, Soares de Oliveira (1992) destaca a contribuição de jovens mulheres que residiam nas zonas rurais (*yogong*) enquanto mão-de-obra essencial no desenvolvimento económico sul-coreano. Na sequência da sua crescente participação na atividade laboral é fundado nesse mesmo ano, a Associação de Mulheres Coreanas Trabalhadoras (KWWA) destinado a defender os direitos das operárias sul-coreanas (cf. Nam, 2000). De modo a permitir a sua permanência no governo, a constituição Yushin (1971) reduziu as oportunidades de oposição política e consequente pressão social acompanhada pela proibição da atividade política (cf. Lee, 1995). Foram estes fatores que caracterizaram o mandato de Park, e influenciaram negativamente as atividades dos movimentos feministas na Coreia que desejassem discutir o SC japonês. Durante este período, protestos de grupos ativistas feministas independentes contra o turismo sexual na Coreia foram violentamente reprimidos pelo regime autoritário (cf. Moon, 2002) e consequentemente estes grupos acabaram por limitar e manter as suas atividades de forma clandestina (cf. Lee, 1995).

---

<sup>43</sup> Para as sobreviventes do SC que consideravam o regresso à pátria uma opção, os bordéis militares americanos representaram uma oportunidade de integração.

<sup>44</sup> Os rochedos de Liancourt (designação internacional e tradução da denominação inglesa Liancourt Rocks deriva do nome francês Le Liancourt), são constituídos por um grupo de ilhas vulcânicas no meio do Mar do Este / Mar do Japão e encontram-se ligadas a uma disputa territorial entre o Japão e a Coreia do Sul onde ambos os países afirmam possuir os direitos legais e internacionais de ocupação (cf. Kwan, n.d.).

Em 1979, Park Chung Hee é assassinado e é imposta a lei marcial na Coreia. O clima de oportunidade política que adveio do vazio político acabaria por abrir a oportunidade para um novo golpe de estado liderado por outro General Chun Do Hwan<sup>45</sup>. Deste modo, a ausência de eleições que pudessem legitimar a o seu mandato, foi acompanhada pela implementação de uma lei complementar que visava suprimir as liberdades cívicas através de um forte controlo político e social (cf. Moon, 2002). O clima de opressão política e militar durante o mandato ilegítimo de Chun, seria também ele, acompanhado por violentos protestos de estudantes e movimentos democráticos em Gwanju, culminando em 1984 com a revogação da lei supracitada (cf. Alemán, 2005).

Desta forma, em 1985 são realizadas as primeiras eleições livres em 1987 e Roh Tae Woo, um outro militar, é eleito. Em conclusão, pode-se dizer que durante este período ditatorial tornou-se muito difícil aos movimentos feministas chamar a atenção sobre o MC e contribuindo assim para o silêncio sobre o tema. Entre os factores que podem justificar esta situação, estão: **(1)** a forte permanência de valores patriarcais, de origem Neo-Confucionista, em particular nas famílias pertencentes à elite militar; **(2)** uma forte opressão social e política, em particular durante o período de transição presidencial, acompanhado por tentativas consecutivas de golpes de estado; **(3)** a exploração da classe operária feminina nas zonas rurais através da intensificação das reformas de Park e ainda, **(4)** a utilização da mulher enquanto ferramenta de persuasão e intimidação psicológica, onde a violência sexual seria utilizada como objeto de tortura e opressão.

---

<sup>45</sup> Chun Doo Hwan foi o presidente da Coreia do Sul entre 1980 e 1988, responsável pelo golpe de estado de 1980.

### CAPÍTULO III

---

#### DEMOCRATIZAÇÃO E MOVIMENTOS DE MULHERES

---

A realização de eleições livres na Coreia a partir de 1988, abriu o espaço necessário para a (re) emergência da discussão pública em volta do SC japonês na Coreia. Embora ainda parcialmente circunscritos pela complexidade do processo de adaptação política, os movimentos feministas continuaram a contar com a colaboração dos movimentos democráticos na defesa de valores equitativos. O primeiro momento de reemergência pública destes movimentos surge quando Kwon In Sook, uma estudante de vinte e dois anos, é entregue às autoridades policiais por alegadamente omitir a sua empregabilidade na cidade de Bucheon (cf. Lee, 2014). A denúncia de Kwon em 1986, descrevia de acordo com Lee (2014), os abusos sexuais cometidos pela polícia coreana, tornando este caso, o primeiro relato mediático a nível nacional sobre a violência sexual desde a libertação da Coreia em 1945. Este episódio serviu de oportunidade para os movimentos feministas por promoverem uma discussão na sociedade sobre violência sexual e direitos da mulher.

Esta discussão acompanhava assim o número crescente de casos de violência contra mulheres e o sucesso da primeira linha de apoio telefónico lançado em 1983, Linha de Apoio à Mulher ( *Korea Women's Hotline United* or KWHU), simplificando o acesso dos recursos legais que os movimentos poderiam disponibilizar (cf. KWHU, 2015). O crescimento da KWHU aproximou o contacto com as vítimas e contribuiu para o número crescente de participantes na mobilização e sensibilização deste tema na sociedade civil. O sucesso das linhas telefónicas produziria assim, um efeito inesperado entre os vários movimentos, culminando com a união de movimentos feministas (liberais, católicos e socialistas) sob a alçada de uma nova organização em 1983: Associação Unida das Mulheres Coreanas (KWAU) (cf. Moon, 2002). Constituída por vinte e uma organizações<sup>46</sup> com o objetivo de lutar contra a opressão social e violência sexual de mulheres, este grupo

---

<sup>46</sup> Consultar anexo V

procurava uma discussão na esfera pública de temas associados aos padrões democráticos<sup>47</sup>, essenciais para a implementação de uma sociedade justa e seria ainda, acompanhada pela divulgação dos direitos maternos, igualdade salarial e violência sexual (cf. Nam, 2000). Para isso, recorreriam à realização de ações de formação por todo o país e mobilização social através da realização de manifestações públicas as quais, representavam uma importante ferramenta de resistência política governamental.

Destaca-se a utilização do lenço branco durante as manifestações organizadas pelo KWAU enquanto estratégia visual representativa do sofrimento, tristeza e fúria na difícil transição democrática, conseguindo desta forma, atrair a atenção dos meios de comunicação social nacionais (cf. Nam, 2000). Para isso, recorreram à realização de ações de formação por todo o país, através da realização de manifestações públicas, uma ferramenta importante de resistência política.

Terá sido portanto, através da difusão nos meios de comunicação social, que aparecem outros movimentos e organizações feministas na Coreia, acompanhados por grupos pró-democráticos. Mas a união dos movimentos feministas não era um dado adquirido. Em 1989, a KWAU, une esforços com a Federação Nacional de Movimentos Nacionalistas e Democráticos (NFNDM), uma coligação fundada com o objetivo de conseguir a reunificação democrática das duas Coreias (cf. Moon, 2002). Esta decisão acabaria por levar à renúncia de três grupos da KWAU, os quais criticavam por ter adoptado uma posição conservadora, afastando-se desta forma, dos critérios necessários para a luta pela igualdade social entre géneros na época.

---

<sup>47</sup> Schmitter (1991) descreve a democracia como um processo de cariz político onde Numa democracia, os cidadãos são representados indiretamente por agentes políticos, os quais interagem entre si através da competição e cooperação em prol do estado. A criação de uma constituição é um aspeto fundamental enquanto base legal que possa institucionalizar as leis democráticas. Embora existam países que dispensem a existência de uma constituição que garanta a aplicabilidade das leis e que devem ser supervisionadas e protegidas pelos agentes legislativos (cf. Schmitter e Terry 1991, 9)

### 3.1. A (RE)EMERGÊNCIA DA QUESTÃO MC NA SOCIEDADE CIVIL COREANA (1988-1991)

A discussão pública sobre o SC japonês surge nesta altura, durante a Conferência Internacional sobre Mulheres e Turismo (*International Conference on Women and Tourism*) na ilha de Jeju realizada em 1988 (cf. Soh, 2009). Organizada pelo grupo Igreja das Mulheres Coreanas Unidas (KCWU), Yun Chung Ok<sup>48</sup> (investigadora da Universidade de Ehwa) apresenta nesta conferência os resultados da sua investigação realizada a propósito do “Women’s Voluntary Corps” na Coreia (cf. Varga, 2009). A exposição da investigação de acordo com Soh (2009), tornar-se-ia o primeiro momento oficial de discussão pública sobre as MC, relacionando-a diretamente com o SC japonês na Coreia.

A publicação da investigação de Yun Chung Ok estimulou a curiosidade dos membros presentes nesta conferência, incentivando uma investigação mais aprofundada sobre o tema. O primeiro grupo de trabalho designado para o efeito é fundado em 1990 (cf. Korean Council, 1994). Intitulado de Associação de Investigação Chongsindae (*Chongsindae Research Association*), esta organização acabou por realizar a primeira investigação internacional sobre a mobilização de MC. Em representação das vozes das vítimas sobreviventes do SC japonês, o centro de investigação envia uma correspondência ao governo coreano e japonês onde são exigidas as primeiras linhas que viriam a definir o legado dos movimentos feministas pelas MC. Nesse ano é fundado o “*Korean Council for the Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan*” (cf. Korean Council, 1994); uma organização feminista especializada na defesa dos direitos das mulheres sobreviventes do SC, com o objetivo de proceder à divulgação dos crimes cometidos e incentivar futuras investigações sobre o SC, fornecendo o apoio logístico e académico nos casos de exploração, escravatura ou violência sexual sobre mulheres a nível internacional (cf. Varga, 2009). Para além de apoio jurídico, é prestado ainda apoio social e realização de atividades divididas nas seguintes categorias: (1) Manifestações Semanais; (2) Atividades de apoio social; (3) Acolhimento; (4) Museu da Guerra e dos Direitos das Mulheres; (5) campanhas e solidariedade regional (*Campaigns and Domestic Solidarity*); (6) Investigações Académicas; (7) Campanhas Internacionais; (8) Solidariedade com a Coreia do Norte e

---

<sup>48</sup> Yun Chong Ok (1925-presente) investigadora e fundadora do Korean Council e de acordo com Tanaka (2002), representa uma sobrevivente do processo de recrutamento de MC na Coreia uma vez que “(...) As a young schoolgirl, Professor Yun herself had narrowly escaped abduction and conscription into the brothels(...)” (Tanaka, 2002: xv)(Tanaka 2002)

outras Nações Asiáticas; (9) Tribunal Internacional das Mulheres e Crimes de Guerra e (10) O Fundo Borboleta (*The Butterfly Fund*) (cf. Seo 2008, 373).

No entanto, ainda que os esforços de promoção sobre o assunto não motivassem uma discussão na sociedade civil, em 1991 Kim Hak Sun<sup>49</sup> apoiada pelo Korean Council, partilha o seu testemunho enquanto MC, quebrando assim o silêncio de 46 anos desde o final da Segunda Guerra Mundial, (cf. Newstapa 2016):

*“It was just despicable. The Japanese soldiers raped me, one after another. I bit my lips and tried to resist and escape. But then I was caught and dragged back to be raped over and over again, I was so horrified and heartbroken that I could not say a word. I tell myself all the time, “Don’t think about those days.” But when I do, I don’t know what to do.” – Kim Hak Sun, 1991 (cf. Seo 2008, 374)*

Após o relato de Kim Hak Sun, a WHU recebe 99 relatos de mulheres que se identificavam como sobreviventes do SC (cf. Newstapa 2016). Residentes na área metropolitana de Seul, com o apoio do Korean Council e WHU, em 1992 é realizado em Seul, a primeira manifestação em frente à embaixada do Japão, exigindo um pedido de desculpas oficial do governo japonês:

*“On the evening of August 14, I opened my mouth in front of all the reporters from the news media. I was furious. I wanted all the Korean women to open their eyes and face the truth. Look at Japan. We have suffered so much in the hands of Japanese people. We could be better even after that painful history. Some women have absolutely no idea about what’s going on.” – Kim Hak Sun, 1992 (cf. Asian’s Women’s Fund, 2015)*

No seguimento das investigações realizadas pelo Korean Council, Yoshimi Yoshiaki<sup>50</sup> publica o resultado da investigação que havia realizado sobre o SC na biblioteca do Instituto de Investigação do Ministério da Defesa do Japão<sup>51</sup>, onde destaca a existência de documentos que comprovam o envolvimento direto do exército japonês (cf. Asian’s Women’s Fund, 2015).

A publicação de Yoshimi incitou um momento de instabilidade política no governo japonês, o qual viria a realizar uma investigação sobre as suas alegações, sobre o SC e mobilização de MC. Não obstante, o Korean Council e restantes membros dos movimentos feministas viriam a publicar os documentos de Yoshimi através dos órgãos de

---

<sup>49</sup> Kim Hak Sun (1924-1927)

<sup>50</sup> Yoshimi Yoshiaki (n.1946) professor de história moderna em Tóquio e fundador do "*Center for Research and Documentation on Japan's War Responsibility*". Tornou-se conhecido por ter sido o primeiro investigador a descobrir as provas documentais de que o Exército do Japão recorreu ao SC para recrutar e mobilizar MC para as EC.

<sup>51</sup> Tad. do inglês: "*Research Institute of the Japanese Ministry of Defense*"

comunicação social coreanos onde era descrito o envolvimento do governo japonês na criação de um SC (cf. New York Times, 1991). Neste ano, o primeiro ministro japonês Kiichi Miyazawa realiza uma visita diplomática à Coreia do Sul onde se viria a encontrar com Roh Tae Woo. De acordo com o New York Times (1991), a visita de Miyazawa coincidia com as revelações sobre as MC coreanas onde, após um jantar oferecido por Roh Tae Woo declara:

*"We Japanese should first and foremost recall the truth of that tragic period when Japanese actions inflicted suffering and sorrow upon your people. We should never forget our feelings of remorse over this. As Prime Minister of Japan, I would like to declare anew my remorse at these deeds and tender my apology to the people of the Republic of Korea." (cf. New York Times 1991)*

### **3.2. A LUTA DO KOREAN COUNCIL COM O GOVERNO JAPONÊS (1991-2015)**

No seguimento do primeiro pedido de desculpas oficial do governo japonês em 1991, o primeiro-ministro Miyazawa envia cartas às sobreviventes do SC reformula os sentimentos de remorso supracitados (cf. Soh, 2008a). Não obstante, o pacto de 1965 reestabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países e tendo Tóquio pago uma indenização de milhões a Seul, Miyazawa afirma que não seria por isso possível proceder a uma compensação monetária das vítimas, procurando desta forma métodos de compensação monetária a título privado (cf. New York Times, 1992).

O pedido de desculpas do governo japonês foi ainda reformulado em 1993, na ocasião do 50º aniversário do final da Segunda Guerra Mundial. Recebido com fortes críticas de membros do governo do Japão, nesse mesmo ano, o ministro dos negócios estrangeiros japonês Kônô Yôhei publica o resultado da investigação realizada sobre o SC onde declara que as autoridades japonesas estiveram diretamente e indiretamente envolvidas na implementação e gestão de EC e mobilização de MC (cf. Ministry of Foreign Affairs of Japan, 1993). Sobre pressão do Korean Council, o qual deseja a rápida resolução do assunto, o governo coreano, presidido por Kim Young Sam (1994-1998)<sup>52</sup>, acaba por proceder ao pagamento de cinco milhões de won e pagamento de pensões mensais a cada uma das vítimas (cf. Korean Council, 2014a); acompanhado pela publicação nesse ano de um

---

<sup>52</sup> Kim Young Sam (1927-2015) foi o 14º Presidente da República da Coreia entre 1993 e 1998.

relatório pelo governo japonês onde seria reconhecido o recurso à coação enquanto método de recrutamento e mobilização de MC, responsabilizando recrutadores privados pela gestão das EC (cf. New York Times, 1993).

Historiadores estimam que nesta época cerca de duzentas mil mulheres terão sido mantidas em cativeiro reforçando que será no entanto difícil obter um número preciso uma vez que existiram vários tipos de MC. Uma vez que ambos os governos não conseguiram resolver o problema das MC em 1993, o Korean Council solicita à Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), uma investigação sobre a implementação do SC na Coreia, o qual seria nesse mesmo ano investigado pelo Tribunal de Justiça Internacional das Nações Unidas (ICJ) (cf. Dolgopol e Paranjape, 1994). Em resposta ao relatório supracitado, em 1995 o governo japonês consegue angariar os fundos necessários para compensar monetariamente as sobreviventes, onde entrega um pedido de indenização ao governo coreano através do fundo monetário Fundo das Mulheres Asiáticas (*Asian Women's Fund* ou AWF) (cf. Cathey, 2008).

Em contraste com o apoio monetário e de sobrevivência fornecido pelo governo coreano em 1993, a participação do governo japonês no AWF, viria a refletir um valor significativo, correspondente às despesas administrativas e de manutenção do fundo (cf. Soh 2001b). A contribuição do governo japonês face à criação de um fundo não-governamental foi rejeitada pelas sobreviventes<sup>53</sup>, as quais, exigem um pedido de desculpas formal particularizada (cf. Soh 2001b). Por ocasião da Quarta Conferência em 1996 sobre as Mulheres realizada pelas Nações Unidas<sup>54</sup> em Beijing, são apresentadas as primeiras resoluções encorajando a rápida resolução e compensação das vítimas sobreviventes de violência e tráfico sexual (cf. Nações Unidas, 1996). No entanto, o primeiro-ministro japonês na altura, Murayama, continua a negar qualquer indemnização às sobreviventes do SC (cf. The Times, 1996).

Em resposta às declarações de Murayama, a correspondente da Comissão das Nações Unidas denuncia as declarações de Murayama como sendo insuficientes perante a gravidade dos atos cometidos, reafirmando desta forma as resoluções que saem da Quarta

---

<sup>53</sup> De acordo com Soh (2001), refere que em 1997 sete sobreviventes aceitaram o valor entregue pelo AWF. Esta escolha indignou os representantes e apoiantes do movimento internacional e nacional que se opunham a este fundo (cf. Chunghee Sarah Soh 2001a, *in*. Diverse Responses to the AWF Projects).

<sup>54</sup> Trad. Inglês “*The Fourth United Nation's Conference on Women*”

Conferência sobre as Mulheres (cf. Nações Unidas, 1996). Em 1997, um novo debate e polêmica no Japão volta a girar em torno da reforma educativa nacional propondo a remoção das narrativas e registros históricos sobre as MC dos livros escolares, apesar das críticas de muitos historiadores e acadêmicos japoneses, acaba por gerar fortes protestos na Coreia do Sul (cf. Rozman, 2010).

Embora o governo coreano tenha tentado desvalorizar a importância da polêmica dos livros escolares japoneses, durante o mandato de Kim Dae Jung<sup>55</sup> em 1998, a sociedade civil coreana não apoiava a sua posição (cf. Tanaka, 2002; Jonsson, 2015). Numa tentativa de aliviar as tensões na sociedade civil coreana, Kim Dae Jung anuncia uma série de sanções contra o Japão onde, incluiria a proibição de entrada de professores que haviam aprovado a revisão histórica dos livros escolares, estendendo-se mais tarde, à discussão de soberania sobre a disputa territorial nas ilhas de Liancourt em 1999 (cf. Glosserman and Snyder, 2015).

A contínua ausência de respostas que pudessem ajudar as sobreviventes do SC incentivou à organização do primeiro Tribunal Internacional de Mulheres sobre a Escravidão Sexual Japonesa em Tóquio<sup>56</sup> (cf. Kim, 2006). Organizado num consórcio de organizações não-governamentais (NGO)<sup>57</sup> contou com a presença do Korean Council que participou na discussão, através da partilha dos resultados da investigação sobre o SC. Com o objetivo de corrigir as falhas do Tribunal de Guerra de Tóquio, neste tribunal marcaram presença as sobreviventes de várias nacionalidades que prestaram o seu contributo através da partilha dos seus testemunhos enquanto MC.

No seguimento deste evento, em 2001 é criado o Centro de Investigação “War and Women’s Human Rights Center” pelo Korean Council (cf. Korean Council, 2014c), seguindo-se em 2002 pela promulgação da lei “*Act on Livelihood Stability for Victims of Japanese Military Comfort Women*” pelo governo coreano, a qual veio a fornecer um suporte monetário e habitacional, acompanhado pela execução de projetos comemorativos e de promoção sobre o tema com as sobreviventes (cf. Kim, 2011).

---

<sup>55</sup> Kim Dae Jung (1924-2009), foi o 8º Presidente da Coreia do Sul. Recebeu em 2000 o prémio Nobel da Paz pelos esforços na reconciliação entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

<sup>56</sup> Trad. Inglês “Women’s International War Crimes Tribunal on Japan’s Military Sexual Slavery”

<sup>57</sup> O PSPD (People’s Solidarity for Participatory Democracy) uma organização não governamental fundada em 1994 por ativistas, académicos e advogados, participou neste tribunal e promove as atividades do Korean Council (PSPD (People’s Solidarity for Participatory Democracy) 2001).

É neste contexto da intensificação das atividades pelos movimentos feministas em defesa das MC que em 2005 o Tribunal Constitucional coreano declara o “Sistema Hoju”, em vigor desde 1953, como sendo inconstitucional. Três anos mais tarde, este sistema é finalmente extinto. Quando Shinzo Abe assume funções como primeiro-ministro do Japão em 2006, a sua postura de indiferença face às atividades do Korean Council e investigadores japoneses no Japão sobre as MC, é vista pela na sociedade civil coreana como uma forma de desrespeito e agressão (cf. Hundt e Bleiker, 2007). A continuação das visitas de membros do governo japonês ao templo de Yasukuni<sup>58</sup> - onde estão enterrados vários criminosos de guerra – acabaram por levarem a fortes protestos não só na Coreia do Sul mas também na China e voltou-se a promover internacionalmente a questão das MC (cf. Reed, 2006;(Parlamento Europeu 2007). Em 2007, quando Lee Myung Bak é eleito presidente assiste-se à segunda parte da disputa de soberania sobre as ilhas de Liancourt<sup>59</sup>. Nesse mesmo ano, a nível internacional, na Europa o Parlamento Europeu anuncia em Dezembro, uma resolução sobre as MC onde exige a rápida resolução do assunto e acompanhamento das vítimas, sob forma de cooperação entre Estados (cf. Parlamento Europeu 2007) .

Por outro lado, entre 2008 e 2009, o lobby dos movimentos feministas na Coreia conseguem convencer a Assembleia Nacional Coreana a adotar uma resolução sobre as MC, onde exigem um pedido de desculpas oficial às vítimas do SC e pedem que seja entregue, o mais rapidamente possível, a compensação monetária de modo a que seja restituída a honra das vítimas (cf. Korean Council, 2015b).

Implementada em frente à Embaixada do Japão, com o objetivo de comemorar a milionésima manifestação semanal, a Estátua da Paz<sup>60</sup> (Anexo V) é inaugurada em 2011 e causa controvérsia no governo japonês, acompanhado pela promessa de remoção imediata da mesma (cf. Hun, 2011). Em 2012 a Coreia do Sul elege Park Geun Hye como presidente, a primeira mulher a conseguir conquistar este lugar e inspirando desta forma,

---

<sup>58</sup> O Templo Yasukuni é um santuário xintoísta localizado em Tóquio, o qual presta homenagem aos três milhões de soldados japoneses e das colónias que foram mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Este santuário ficaria famoso por, homenagear catorze criminosos de guerra pela sua participação e contributo (cf. Folha de São Paulo 2001).

<sup>59</sup> Sobre os 250 dias de políticas externas durante o mandato de Lee Myung Bak, Ver Scott Snyder, “Lee Myung-Bak’s Foreign Policy: A 250-Day Assessment.” Korean Journal of Defense Analysis 21(1): 2009; 85–102. <https://asiafoundation.org/.../SnyderLMBForeignPolicyKJDA.pdf>.

<sup>60</sup> Trad. Inglês “Peace Statue”

milhares de mulheres sul-coreanas. Frequentemente identificada com o legado do seu pai Park Chung Hee, as escolhas de Park terão refletido uma postura inflexível no que refere às relações diplomáticas com o Japão. Park ambicionava resolver as questões históricas que haviam permanecido indefinidas durante o período dos seus antecessores e encontrou esse apoio junto dos movimentos democráticos e feministas da Coreia.

Desta forma, Park procede ao congelamento das relações diplomáticas com o Japão e que o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe recebe com indiferença. Por ocasião das comemorações do 70º aniversário do final da Segunda Guerra Mundial em 2015, Shinzo Abe cita o discurso de Kono de 1993 e de Murayama 1996, onde reafirma a impossibilidade de indenização às sobreviventes, remetendo ao acordo de 1969 (cf. Akaha,2015). No entanto, num gesto decisivo, sobreviventes, instituições acadêmicas, movimentos feministas e democráticos são apanhados de surpresa quando, a 28 de Dezembro de 2015, Yun Byun Se e Fumio Kishida, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul e Japão, respectivamente, assinam um acordo “irreversível”, prometendo indemnizar as sobreviventes. Este acordo foi recebido com criticismo e revolta, acompanhado pela publicação de um comunicado do Korean Council no qual classifica o acordo inválido por não ter considerado as vozes das sobreviventes e não incluir um pedido de desculpas dos altos membros do Estado Japonês.

## CAPÍTULO IV

---

### PARA ALÉM DO SILÊNCIO

---

Como foi possível verificar a propósito do processo de desenvolvimento dos movimentos feministas na Coreia do Sul, a rápida divulgação do tema referente à mobilização de mulheres coreanas para o SC deve-se, sobretudo, ao empenho de instituições de investigação e organizações feministas como o Korean Council, pelo facto de serem responsáveis pela divulgação de temas relacionados com o movimento dos direitos humanos das mulheres, com enfoque especial na reunificação e promoção da democracia na península coreana (cf. Korean Council, 2002). Deste modo, tornou-se importante, dada a relevância do tema das MC na sociedade civil sul-coreana moderna e na definição das relações diplomáticas com o Japão no início do mandato de Park Geun Hye, realizar uma investigação no seio das instituições que apoiam as sobreviventes e promovem as suas histórias. Desta forma foi planeada e organizada uma viagem de investigação em Maio de 2016 à Coreia do Sul onde se procedeu a um processo de observação e realização de várias entrevistas abertas a membros participantes no Korean Council.

Fundado em 1991 na sequência das declarações de Kim Hak Sun, o “*Korean Council for the Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan*” (Korean Council), nasce da associação de trinta e três grupos feministas com a participação maioritária de movimentos cristãos na Coreia (cf. Soh, 2008a). Fundada por Yun Chong Ok, esta organização não-governamental, proporciona uma série de atividades centralizadas na (1) restauração dos direitos humanos das vítimas, (2) acabar com a violência contra as mulheres, (3) contribuir para a correção das lacunas históricas entre o Japão e a Coreia onde estas vítimas estejam envolvidas, (4) prevenir o reaparecimento de outros sistemas similares ao SC japonês e ainda (5) promover e contribuir para uma paz duradoura no Este da Ásia. Reconhecido na sociedade civil coreana pelo trabalho realizado enquanto organização ativista, o Korean Council pretende ver integradas as sobreviventes do SC na sociedade, recorrendo por isso, à realização de atividades de desenvolvimento social e

psicológico, promovendo desta forma a longevidade e alívio dos seus traumas<sup>61</sup>. Uma das atividades mais importantes do Korean Council são as Manifestações Semanais ou “Weekly Wednesday Demonstrations”.

#### 4.1 AS MANIFESTAÇÕES SEMANAIS

Simbolicamente organizadas todas as quartas-feiras, ao meio-dia, as primeiras manifestações começaram em 2011 e têm desde essa altura contado com a presença de sobreviventes e de representantes dos movimentos sociais e organizações apoiantes do Korean Council. Seguem uma estrutura pré-definida (publicada previamente nas redes sociais da internet) a qual é cumprida religiosamente. Ambas as manifestações que foram registadas, encontravam-se organizadas com algumas atividades como a dança e dedicatórias de alguns participantes e voluntários. As manifestações semanais são sempre realizadas em frente á Embaixada do Japão, onde se encontra localizada a Estátua da Paz (Anexo III; Figura 3) rodeada de cartazes com mensagens de paz e solidariedade para com as vítimas. Esta estátua foi reproduzida a partir dos relatos das sobreviventes e retrata a imagem de uma jovem rapariga com um traje tradicional coreano (*Hanbok*). Posicionada de frente para a embaixada do Japão, a sua expressão e olhar são tristes, fazendo-se acompanhar por um pequeno pássaro enquanto símbolo internacional da paz.

Na fase final de cada manifestação, são lembrados os pedidos das sobreviventes, os quais se encontram incorporados pelo Korean Council nos seus objetivos: (1) reconhecimento dos crimes de guerra; (2) revelar a verdade sobre a mobilização militar através do SC; (3) realização de um pedido de desculpas oficial; (4) efetuar compensações às vítimas sobreviventes; (5) punir os perpetradores pelos crimes de guerra; (6) registo fiel do crime nos livros de história e (7) erigir um monumento e museu pelas vítimas. Cada um dos participantes é incentivado a levar o seu cartaz, os quais são cuidadosamente analisados por cada um dos voluntários do Korean Council. Destaca-se o caso de um jovem que se encontrava com um cartaz que não possuía os requisitos pretendidos pela organização por se encontrar com erros gramaticais. Quando este erro foi identificado, os voluntários rapidamente se disponibilizaram para fornecer material para o jovem redigir

---

<sup>61</sup> Anexo VI, Brochura 2

outro cartaz, o qual recusou. Ao perceber o conteúdo do cartaz (Anexo III, Figura 3), os voluntários do Korean Council oferecem ao jovem rapaz outro cartaz, o qual acaba por aceitar e expor publicamente o cartaz do Korean Council, ignorando o que havia previamente produzido. Acompanhados por representantes dos vários grupos feministas, estudantis, democráticos e religiosos na Coreia, as manifestações iniciam-se imperativamente às 12h00 e duram várias horas até o apelo final<sup>62</sup> dos participantes emocionados. No decorrer das 2 (duas) manifestações supracitadas, assistimos à reposição das instalações da embaixada do Japão para um edifício adjacente, totalmente cobertas com uma placa que impedia a visualização de quem por ali passa-se. Será importante referir que o Korean Council tem conseguido reunir apoios internacionais como a ONU e a Amnistia Internacional, os quais também marcam religiosamente presença nestas manifestações, e realizam campanhas de sensibilização internacionais para a promoção da verdade histórica sobre as mulheres asiáticas durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, as ações de promoção e informação realizadas a nível internacional e local, servem também como método de angariação de fundos que revertem para o centro de investigação do Korean Council (cf. Korean Council 2015) distinguindo-se do Fundo Borboleta (Butterfly Fund)<sup>63</sup> criado por duas ex-MC.

Sensibilizados com a forte mobilização e participação pública nas Demonstrações Semanais, o Comité de Direitos Humanos Budista (*Buddhist Human Rights Committee*) e o Korean Council começam a trabalhar no projeto House of Sharing para as vítimas que haviam ficado desalojadas durante a guerra.

#### 4.2. A HOUSE OF SHARING

Parte integrante do projeto do Korean Council enquanto forma de apoio social às vítimas do Sistema de Conforto, a 3 de Outubro de 1992 é criado o primeiro alojamento gratuito para as vítimas: a House of Sharing ou *Nanum Hui-jib*. Distinguindo-se do *Korean*

---

<sup>62</sup> Sa Gua Hae Rah (사과해라) em coreano significa “Pedir Desculpa”.

<sup>63</sup> Criado a 8 de Março de 2012 por ocasião do dia Internacional da Mulher, o Fundo Borboleta nasce da promessa de duas ex-MC (Won Ok Gil e Bok Dong Kim) de apoiar todas as vítimas de violência sexual em conflitos armados no mundo. Fundado com os apoios recebidos de ambas as MC coreanas, atualmente o Fundo Borboleta apoia 2 (dois) projetos internacionais (Congo e Vietnam) onde à imagem do Korean Council, são prestados os apoios sociais e de voluntariado necessários.

*Council* pelo papel de apoio social, psicológico e médico prestado, a *House of Sharing* foi a primeira organização a criar uma forma de alojamento permanente de muitas das vítimas deste sistema. Construída com o apoio do Comité de Direitos Humanos Budista, a rápida ocupação do espaço tornou-o demasiado pequeno para albergar todas as vítimas que chegavam dos vários destinos onde haviam sido abandonadas depois da guerra. Dedicados a prestar um apoio personalizado e dedicado a cada caso, motivados pela força de vontade das vítimas e dos movimentos sociais feministas coreanos em expor publicamente o tema, o Comité de Direitos Humanos Budista decide construir outro espaço. Em 1995, a *House of Sharing* altera a sua localização para a cidade de *Gwanju*, nos arredores de Seul. Em 1998 inaugura o “*Museum of Sexual Slavery by Japanese Military*” onde é possível visualizar as pinturas e obras de arte realizadas pelas vítimas residentes na casa e também visualizar o vídeo de Kim Hak Soon onde a sua história é relatada e descrita com recurso a projeção de imagens, fotografias e vídeos.

Registada como organização de prestação de serviços sociais pela província de Kyonggii com o objetivo de acolher as vítimas do SC, de acordo com o diretor da casa Prof. Dr. Ahn Shin Kim, a *House of Sharing* em Maio de 2016, alberga entre 10 a 12 sobreviventes. Das 2 (duas) residentes não-permanentes, sublinha-se o internamento médico intercalado com a estadia nesta instituição, de acordo com a vontade e condições físicas. Nas atividades realizadas pela *House of Sharing*, destacam-se as atividades de grupo (“*Human Rights Summer Camp*”, aulas de pintura, leitura e escrita, entre outros), visitas guiadas ao Museu e alojamento social com contacto direto com as sobreviventes (disponível apenas mediante marcação prévia) e ainda, a participação nos protestos semanais com o apoio do *Korean Council*, o qual disponibiliza o transporte e acolhimento entre destinos. Durante uma visita à casa *House of Sharing* em Maio de 2016, uma das sobreviventes do SC foi entrevistada.

De acordo com os relatos e informações obtidas, foi possível identificar quatro tipos distintos de mulheres recrutadas para o SC: (1) Prostitutas de Viagem, Gueishas e Kisaengs; Provenientes dos distritos vermelhos do Japão e dos países colonizados pelo Império, estas mulheres acabavam por ficar a gerir as EC; (2) Mulheres Coreanas: Provenientes da península coreana, solteiras, indigentes e sem escolaridade; e (3) Mulheres Chinesas: Estas mulheres eram frequentemente raptadas durante as missões militares na China.

#### **4.3 ENTREVISTA A LEE OK SEON, UMA SOBREVIVENTE DO SC**

No passado dia 11 de Maio de 2016 a autora foi recebida na House of Sharing com o propósito de realizar uma entrevista a uma sobrevivente. Aquando a nossa chegada ao espaço de convívio das residentes, reparamos que assistiam a um documentário turístico sobre a cidade de Lisboa. A abordagem introdutória realizada em coreano por Ho Cheol Jeong (intermediário e guia) a todas as residentes, sobre o propósito da nossa visita, despertou de imediato a atenção de Lee Ok Seon, que de imediato se voluntariou.

Nascida a 10 de Outubro de 1927 em Busan, Lee Ok Seon partilhou alguns dos detalhes da sua vida que antecederam a sua mobilização. Sem recursos económicos que pudessem sustentar a família de cinco filhos, Lee Ok Seon era filha de um pai dependente do álcool. Na esperança de conseguir melhorar a sua situação a mãe de Lee Ok Seon, opta por vender os serviços da sua filha a um casal japonês dono de um café. Neste local, a sobrevivente trabalhou como empregada de mesa e doméstica onde passou a receber um salário. O baixo salário que recebia não seria no entanto, o suficiente para ajudar a família e descontente, realizou várias tentativas de fuga com o objetivo de regressar a casa e encontrar um emprego melhor. As tentativas de fuga acabaram por falhar e Lee Ok Seon acaba por ser transferida para um albergue local onde passou a trabalhar como empregada doméstica.

A sua história de sobrevivência começa em 1942, quando é raptada por dois homens de nacionalidade desconhecida. Três dias depois, ao chegarem a Tumen, Lee Ok Seon é separada das restantes raparigas e é colocada num quarto onde passariam a noite. No dia seguinte voltariam a ser transportadas para um aeroporto do exército imperial

japonês e ser-lhe-ia designado o quarto onde iria ficar. Ao serem recebidas por um casal de japoneses é-lhes pedido que os passem a chamar de “mãe” e “pai” e que mudassem de nome. O nome de Ok-Sun passaria a ser “Domiko”. Para além de mulheres coreanas, Ok-Sun relata que também conheceu uma jovem japonesa Karayuki que de acordo com a sobrevivente, ter-se-á voluntariado para trabalhar como MC, usufruindo no entanto, de liberdade de escolha e de movimentos diferenciados das restantes MC. São transportadas para outra EC na cidade de Yanji um ano depois. Aqui, Lee Ok Seon contrai sífilis, sujeita a métodos de tratamento rudimentares que a acabaram por a deixar infértil. Com o final da guerra em 1945 é libertada nas imediações da EC onde permaneceu durante dois anos. Sem dinheiro e sem saber para onde ir, conhece um ex-soldado japonês de nacionalidade coreana com o qual acabaria por casar e que acabaria por morrer na Guerra das Coreias.

De acordo com a tradição e valores confucionistas, Lee Ok Seon viveu durante 10 anos com a família do falecido tendo depois voltado a casar. Fisicamente debilitada e sensibilizada pelo relato de Kim Hak Soon, decide registar-se através da linha telefónica criada pelo Korean Council como ex-Mulher de Conforto. No ano de 2000, aquando a morte do seu último marido, Ok-Seon opta por mudar a sua residência para a casa House of Sharing, local da entrevista que passamos a descrever:

**Muito obrigada por aceitar fazer esta entrevista.**

*(Risos) Eu estou profundamente agradecida por receber novos visitantes. O prazer é todo meu.*

**Conhecemos a sua história enquanto Mulher de Conforto e gostaríamos de saber mais sobre si. Pode nos contar um pouco da sua história?**

*As condições de vida eram muito difíceis e eu dificilmente conhecia alguém uma vez que não tinha família. Quando fui libertada pelos japoneses, estive a mendigar nas ruas à procura de comida.*

**Qual é a sua opinião sobre o acordo conseguido entre a Coreia do Sul e o Japão no dia 28 de Dezembro de 2015?**

*Eu não estou contente com o resultado deste acordo porque o Japão apenas tentou pagar às outras Mulheres de Conforto como forma de soldar as dívidas sem qualquer tipo de pedido de desculpas. Por outro lado, as vítimas não foram incluídas no processo do acordo, foi tudo negociado entre os dois governos sem refletir na opinião das sobreviventes sobre o acordo. Eu sinto-me completamente desiludida com esta decisão capitalista. Desta forma, eu não consigo perceber os motivos que levaram os governos a excluir as vítimas nas negociações de algo que é tão importante nas suas vidas. A casa onde vivo*

*não é minha. Quando fui libertada pelos japoneses eu não possuía nada, na verdade. Não obstante das difíceis condições de vida eu vivi feliz e agradecida por finalmente ter a liberdade. Atualmente eu tenho alguns problemas de visão. Não consigo ver bem. Os cidadãos japoneses não são maus, o problema é o seu governo. As vítimas foram arrastadas da Coreia antes da Guerra. Eles estavam na China. Mesmo depois do final da guerra, eu tive de permanecer na China durante um longo período de tempo. Sem a ajuda da House of Sharing seria difícil regressar à Coreia. O acordo de 1965 na minha opinião não têm validade legal porque as vítimas foram excluídas do processo de acordo. Também não fomos informadas sobre o acordo pelo governo. Não foi fácil para as vítimas reagir sobre o acordo naquela altura porque não sabíamos da sua existência e ao mesmo tempo, as sobreviventes tinham muitos problemas com os olhos, ouvidos etc. porque foram agredidas pelos soldados. O motivo pelo qual estou a partilhar a minha história é simplesmente porque eu não aceito o que o governo japonês diz quando afirma que já pediu desculpas. Para além do mais, eu tenho uma quantia extremamente pequena que o governo japonês deu ao governo coreano; apenas uma pequena porção das vítimas aceitou receber a compensação proposta. Muitas das vítimas não sabem que foi sequer entregue qualquer compensação financeira.*

#### **Quando a guerra terminou onde estava?**

*Quando a guerra terminou eu pedi ajuda mas ninguém me ajudou. Eu não tinha dinheiro e estava num país que não conhecia.*

#### **Recorda-se de alguma Mulher de Conforto que vivia consigo na Estação de Conforto?**

*De momento é muito difícil identificar as outras Mulheres de Conforto. Eu fui mantida em cativeiro porque as vítimas tinham nomes japoneses. Mas lembro-me do meu nome japonês “Tomi”.*

#### **Porque é que não falou da sua experiência em 1965 quando foi realizado o acordo?**

*Foi uma mentira completa [o acordo]. Como vítima eu não sabia da sua existência. Nessa altura eu estava na China e não recebi qualquer informação. Tinha muitos problemas de saúde e estava a passar muito mal. Em 1965 existiram casos de vítimas que conseguiram ser compensadas sozinhas porque o governo coreano não oferecia assistência para estes casos. Nós vamos agora por todo o mundo para partilhar as nossas histórias com os outros países de modo a colocar mais pressão na Coreia e no Japão. A indecisão do governo coreano neste assunto motiva o Japão a não se desculpar.*

#### **O que a motivou a partilhar as suas experiências em pública?**

*Porque o governo japonês criou uma fundação para financiar as vítimas e a grande maioria das vítimas já tem pelo menos 80 anos de idade. Eu acredito que este problema têm de ser tratado com dignidade pelas vítimas, com a verdade histórica antes de morrer.*

---

## CONCLUSÃO GERAL

---

Para atingir os objetivos a que nos propusemos, considerámos a análise do processo de colonização japonesa (1905-1945) até à formalização do acordo diplomático de 2015, focalizando a nossa atenção para o papel da mulher coreana e elementos que possam explicar a razão do silêncio sobre as MC após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 e até à democratização da Coreia a partir de 1988.

Considerados os fatores políticos e culturais do período colonial japonês na Coreia, podemos portanto afirmar que a ausência de recursos que pudessem promover uma reflexão e alteração de valores patriarcais de cariz Neo-Confucionista na sociedade Coreana após a Segunda Guerra Mundial que fossem capazes de as defender com recurso a fontes documentais capazes de comprovar a sua veracidade, foram elementos que contribuíram de forma determinante para o silêncio das MC coreanas. Não obstante dos elementos psicológicos, a emergência de movimentos feministas pelas MC coreanas Korean Council, foram essenciais para a emergência deste tema na sociedade civil.

No período que antecedeu o processo de democratização da Coreia do Sul, a sociedade coreana manteve o caráter patriarcal da ideologia Neo-Confucionista. Não obstante, as limitações no que concernem à inserção social das sobreviventes do SC durante o período democrático da Coreia do Sul, a emergência dos primeiros movimentos feministas neste período, inspirados pela ideologia socialista da época, forneceram o espaço necessário para a introdução de novos valores e discursos de caráter humanista que contribuíram para criar uma base estrutural, que serviu mais tarde - com a fundação dos primeiros centros de investigação académica sobre as MC - para a defesa e proteção dos direitos fundamentais das sobreviventes.

Brito (2004), identifica que uma das questões políticas e éticas mais importantes com que se confrontam as sociedades em transição de um governo autónomo ou totalitário para um governo democrático é como lidar com o legado de um passado repressivo e destaca que os julgamentos de verdade podem ainda servir de instrumentos pedagógicos e contribuir, para restaurar a reputação dos sistemas judiciais e governamentais que outrora haviam sido afetados (cf. Brito 2004, 52). Durante a observação das manifestações

semanais organizadas pelo Korean Council e visita à instituição social House of Sharing foi possível verificar o esforço intensivo na promoção deste tema recorrendo a instrumentos pedagógicas, realização de visitas guiadas aos respectivos museus e ainda, a livre participação nas manifestações semanais.

Desta forma, o esforço que têm vindo a realizar para ajudar a sociedade coreana a lidar com o legado do colonialismo japonês sobre as MC na Coreia, destaca-se a urgência na aquisição de instrumentos que possam facilitar uma interação fluída entre movimentos feministas e o governo sul-coreano para contribuir deste modo, para uma melhor interação entre a Coreia do Sul e o Japão.

## BIBLIOGRAFIA

- Armstrong, Charles K (2002), *Korean Society: Civil Society, Democracy and the State*, Estados Unidos : Routledge.
- Beevor, Antony (2014), «The Dragon and the Rising Sun 1937-1940», Beevor, Antony (2014), In *The Second World War*, Londres: Phoenix, pp. 63–83.
- Chang, Iris (1997), *Rape of Nanking*. Estados Unidos: Basic Books.
- Choi, Hyaewool (2013), *New Women in Colonial Korea: A Sourcebook*, Estados Unidos: Routledge.
- Choi, Elizabeth. (1994), «Status of the Family and Motherhood for Korean Women» Choi, Elizabeth. (1994), *Women of Japan & Korea - Continuity and Change*, Estados Unidos: Temple University Press, pp. 189–205.
- Clark, Donald N. (2000), «Gender, Marriage, and the Lives of Korean Women.», Clark, Donald N. (2000), *Culture and Customs of Korea*, Estados Unidos: Greenwood Press, pp. 91–177.
- Deuchler, Martina (1992), «Confucian Legislation: The Consequences for Women», Deuchler, Martina, (1992), *The Confucian Transformation of Korea*, Estados Unidos: Harvard University, pp. 231–81.
- Glosserman, Brad e Scott Snyder (2015), *The Japan--South Korea Identity Clash: East Asian Security and the United States*. Estados Unidos: Columbia University Press.
- Hicks, George (1997), *The Comfort Women: Japan's Brutal Regime of Enforced Prostitution in the Second World War*, Londres: Norton & Company Ltd.
- House of Sharing (s.d.), *The Museum of Sexual Slavery by Japanese Military - An English Translation*. Coreia do Sul: House of Sharing.
- Hyang, Yoon Mi (2016), *25 Years of Silence*. Seul: Said Planet Korea.
- Kang, Myung Koo (2014), «South Korea's Foreign Economic Relations and Government Policies.», *International Relations of Asia*, Londres: Oxford University Press, pp. 199–216.

- Kern, Thomas, e Sang-hui Nam (2009), «The Korean Comfort Women Movement and the Formation of a Public Sphere in East Asia.» Kern, Thomas, e Sang-hui Nam (2009), *Korea Yearbook - Politics, Economy and Society*, Boston: BRILL, pp.227–55.
- Khalid, Maryam (2015) «Feminist Perspectives on Militarism and War - Critiques, Contradictions and Conclusions.», Khalid, Maryam (2015), *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*, Londres: Oxford University Press, pp. 632–50.
- Kim, Heisoo (2011), «Notes», *Global Civil Society 2011: Globality and the Absence of Justice*, Estados Unidos: Palgrave Macmillan, pp.14–29
- Lee, Manwoo (1995), «South Korea's Politics of Succession and the December 1992 Presidential Election» Lee, Manwoo (1995) *Politics and Policy in the New Korean State : From Roh Tae-Woo to Kim Young-Sam*, Longman: Australia, pp. 35–65.
- Ling, L. H. M (2001), «Asian Corporatism (AC)» Ling, L. H. M (2001) *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*, Londres: Routledge, pp.43–46
- Longford, Joseph H (1911), *The Story of Korea*. Londres: T Fisher Unwin.
- Maxwell, Joseph (2009a.), «Designing a Qualitative Study.» Maxwell, Joseph (2009a.), *The SAGE Handbook of Applied Social Research Methods*, Londres: SAGE Publications, pp.214–53
- McKenzie, Frederick Arthur (1920), *Korea's Fight for Freedom*, Londres: Fleming H Revell Company
- Nye, Joseph S. (2014), *Compreender Os Conflitos Internacionais - Uma Introdução À Teoria E À História.*, Lisboa: Gradiva Publicações
- Palmer, Brandon (2013), «Korea's Mobilization in Context» Palmer, Brandon (2013), *Fighting for the Enemy: Koreans in Japan's War, 1937-1945*, Estados Unidos: University of Washington Press, pp.15–42
- Ruoff, Kenneth James (2010) «Imperial Japan at Its Zenith: The Wartime Celebration of the Empire's 2,600th Anniversary» Ruoff, Kenneth James (2010), *Imperial Japan at Its Zenith*, Estados Unidos: Cornell University Press, pp.106–27

- Seth, Michael J. (2009), *A Concise History of Modern Korea : From the Late Nineteenth Century to the Present*, Estados Unidos da América: Rowman & Littlefield Publishers
- Shambaugh, David e Michael Yahuda (2008), *International Relations of Asia. Science*, Estados Unidos: Rowman & Littlefield Publishers
- Snyder, Scott A. e Leif E. Easley (2014), «South Korea's Foreign Relations and Security Policies», Snyder, Scott A. e Leif E. Easley (2014), *The Oxford Handbook of International Relations of Asia*, Londres: Oxford University Press, pp.446–61.
- Soares de Oliveira, Luís (1992), *Desenvolvimento Económico Conseguido - O Modelo Sul-Coreano*, Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Soh, C. Sarah. (2008a), *The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan*, Estados Unidos: University of Chicago Press
- Suk, Yun Pyong (2004) «Korean Resistance to Imperial Japanese Agression and the Development of the Independence Movement» Suk, Yun Pyong (2004), *Korean History : Discovery of It's Characteristics and Developments (Volume V)*, Coreia do Sul: Hollym, pp. 553–74.
- Tanaka, Yuki. (2002), *Japan's Comfort Women: Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation*, Estados Unidos: Routledge
- Wells, Ken. (2004), “Expanding Their Realm - Women and Public Agency in Colonial Korea.” Wells, Ken. (2004), *Women's Suffrage in Asia : Gender, Nationalism and Democracy*, Londres: RoutledgeCurzon, pp.152–69
- Won, Kyung Cho. (1994), «Overcoming Confucian Barriers: Changing Educational Opportunities for Women in Korea», Won, Kyung Cho. (1994), *Women Of Japan & Korea -Continuity and Change*, Estados Unidos: Temple University Press, pp. 206–22
- Yang, Sung Chul (1995), «An Analysis of South Korea's Political Process and Party Politics» Yang, Sung Chul (1995), *Politics and Policy in the New Korean State : From Roh Tae-Woo to Kim Young-Sam*, Estados Unidos: Longman Australia, pp.6–34.
- Yoo, Theodore Jun (2008), «Discoursing in Numbers - The Female Worker and the Politics of Gender» Yoo, Theodore Jun (2008), *The Politics of Gender in Colonial Korea -*

*Education, Labor; and Health, 1910-145*, Estados Unidos: University of California Press, pp.127–60

#### **ARTIGOS ACADÉMICOS E WORKING PAPERS**

Alemán, José (2005), «Protest and Democratic Consolidation: A Korean Perspective», *International Journal of Korean Studies IX* (1): Coreia do Sul: International Journal of Korean Studies, pp. 71–90. <https://www.ciaonet.org/attachments/10789/uploads>

Argibay, Carmen M. (2003), «Sexual Slavery and the Comfort Women of World War II» *Berkeley Journal of International Law* 21 (2): Berkley: pp. 375–89

Cathey, Emily A. (2008), «The Effects of Japan’s Apology for World War II Atrocities on Regional Relations», <http://www.worldcat.org/wcpa/oclc/301560392>

Choi, Jeongwon (2013), «The Vanished Bloom : The Story of Korean Comfort Women», *International Journal of Humanities and Social Science Invention* 2 (7): pp. 26–28 [http://www.ijhssi.org/papers/v2\(7\)/Version-3/E0273026028.pdf](http://www.ijhssi.org/papers/v2(7)/Version-3/E0273026028.pdf)

Chun, Ja-hyun; Kim, Youcheer (2014), «A New Interpretation of Korea-Japan Relations: ‘Rights Revolution’ of Sex Slaves and Forced Laborers in the Courtroom», *The Korean Journal of International Studies* 12 (1): pp.255–76

Constant, Etienne (1939), «A China Vencerá!» *Pensamento VIII* (109) pp.28–30

Garon, Sheldon (1993), «The World’s Oldest Debate? Prostitution and the State in Imperial Japan, 1900-1945» *The American Historical Review* 98 (3): pp.710–32

Gottschall, Jonathan (2004), «Explaining Wartime Rape», *The Journal of Sex Research* 41 (2): pp.129–36, <http://www.jstor.org/stable/3813647>

Han, Jongwoo, and L H M Ling (1998), «Authoritarianism in the Hypermasculinized State : Hybridity , Patriarchy , and Capitalism in Korea», *International Studies Quarterly* 42 (1): pp.53–78, <http://www.jstor.org/stable/2600817>

Hirromichi, Moteki. (2012), «The Truth About the ‘ Comfort Women», *WAC Magazines Co., Ltd.*, no. Rekishi tsu (The History Enthusiast), [http://www.sdh-fact.com/CL02\\_1/84\\_S4/pdf](http://www.sdh-fact.com/CL02_1/84_S4/pdf)

- Hundt, David, and Roland Bleiker (2007), «Reconciling Colonial Memories in Korea and Japan» *Asian Perspective* 31 (1): pp. 61–91, <http://dro.deakin.edu.au/eserv/DU:30007115/hundt-reconcilingcolonial-2007.pdf>
- Jonsson, Gabriel (2015), «Can the Japan-Korea Dispute on ‘Comfort Women’ be Resolved?» *Korea Observer* 46 (3): pp. 1–26. [https://www.researchgate.net/publication/286626428\\_Can\\_the\\_Japan-Korea\\_Dispute\\_on\\_Comfort\\_Women\\_be\\_Resolved](https://www.researchgate.net/publication/286626428_Can_the_Japan-Korea_Dispute_on_Comfort_Women_be_Resolved)
- Kim, E. Tammy (2006), «Performing Social Reparation: ‘Comfort Women’ And The Path To Political Forgiveness», *Women & Performance: A Journal of Feminist Theory* 16 (2): pp. 221–49
- Kim, Sang-Yeon (2013), «Bilateral Relationship of the Republic of Korea and Japan Collective Memory and National Identity of the Republic of Korea and Japan», Halmstad University, <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:643589/FULLTEXT01.pdf>
- Kimura, Maki. (2003), «Listening to Voices: Testimonies of ‘Comfort Women’ of the Second World War» Vol.8, London School of Economics, Londres
- Kim, Bong Jin (2003), «Paramilitary Politics under the USAMGIK and the Establishment of the Republic of Korea», *Korea Journal* 43 (2): pp. 289–322 [http://www.ekoreajournal.net/issue/view\\_pop.htm?Idx=3242](http://www.ekoreajournal.net/issue/view_pop.htm?Idx=3242)
- Koh, Eunkang (2008), «Gender Issues and Confucian Scriptures: Is Confucianism Incompatible with Gender Equality in South Korea?», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 71 (2): pp. 345–62.
- Kwan, L. (s.d), «The Dokdo/Takeshima Dispute», *Award-Winning Essay on Dokdo*
- Lee, Na-Young (2007), «The Construction of Military Prostitution in South Korea during the U.S. Military Rule, 1945-1948», *Feminist Studies* 33 (3): pp.4 53–81
- (2014), «The Korean Women’s Movement of Japanese Military ‘Comfort Women’: Navigating between Nationalism and Feminism», *The Review of Korean Studies* 17 (1): pp.71–92
- Lee, Sincheol, e Hye-in Han (2015), «Comfort Women : A Focus on Recent Findings from

Korea and China» 21 (June): pp. 40–64

Lévy, Christine (2012), «The Japanese Imperial Army ‘ Comfort Women ’: Political Implications and the Gender of Memory», *Online Encyclopedia of Mass Violence.*, <http://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/en/document/japanese-imperial-armys-comfort-women-political-implications-and-gender-memory>, ISSN 1961-9898

Lie, John (1995), «The Transformation of Sexual Work in 20th-Century Korea», *Gender and Society* 9 (3): pp. 310–27, <http://www.jstor.org/stable/190058>

———. (1997), «THE STATE AS A PIMP: Prostitution and the Patriarchal State in Japan in the 1940’s» *The Sociological Quarterly* 38 (2): pp. 251–63, <http://www.jstor.org/stable/4120735>

Maxwell, Wallace (2012) «Comfort Women and Rape as a Weapon of War», *Potomac Foundation*, <https://pt.scribd.com/doc/137608602/Comfort-Women-and-Rape-as-a-Weapon-of-War>

Min, Sung Kil, Chang Ho Lee, Joo Young Kim, Eun Ji Sim, Eun Ji Min, Sung kil; Lee, Chang Ho; Kim, Joo Young; Sim, (2011), «Posttraumatic Stress Disorder in Former ‘Comfort Women», *Israel Journal of Psychiatry & Related Sciences* 48 (3): pp. 161–69

Moon, Seungsook (2002), «Carving Out Space: Civil Society and the Women’s Movement in South Korea», *Journal of Asian Studies* 61 (2): pp.473–500

Nam, Jeong-Lim (2000), «Gender Politics in the Korean Transition to Democracy», *Korean Studies* 24 (2000): pp. 94–112

Okamoto, Julia Yuri (2013), «As ‘Mulheres de Conforto’ da Guerra Do Pacífico / The ‘Comfort Women’ of the Pacific War», *RICRI* 1 (1): pp. 91–108, <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/17698/10136>

Park, Jin-young (2005), «Gendered Response to Modernity: Kim Iryŏp and Buddhism», *Korea Journal*, no. Spring: pp. 114–41, <http://ezproxy.stir.ac.uk/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=reh&AN=ATLA0001796235&site=ehost-live>

- Rozman, Gilbert (2010), «South Korea's National Identity Sensitivity: Evolution, Manifestations, Prospects», *Academic Paper Series On Korea* 3: pp. 0–22  
[http://www.keia.org/sites/default/files/publications/APS-Rozman\\_Final.pdf](http://www.keia.org/sites/default/files/publications/APS-Rozman_Final.pdf)
- Schmitter, Philippe C. e Karl Terry (1991), «What Democracy Is ... And Is Not», *Journal of Democracy*, pp. 3–16
- Sea-ling, Cheng (2000), «Assuming Manhood: Prostitution and Patriotic Passions in Korea», *East Asia: An International Quarterly* 18 (4): pp. 40–78
- Seo, Jungmin. (2008), «Politics of Memory in Korea and China: Remembering the Comfort Women and the Nanjing Massacre», *New Political Science* 30 (3): pp. 369–92.
- Soh, C. Sarah. (2001a), «Japan's Responsibility for Comfort Women Survivors Working Paper» *Japan Policy Research Institute*, no. 77.  
<http://www.jpri.org/publications/workingpapers/wp77.html>
- . (2001b), «Japan's Responsibility Toward Comfort Women Survivors» 77. Tokyo, Japão. <http://www.jpri.org/publications/workingpapers/wp77.html>
- . (2009). «The Korean ' Comfort Women ': Movement for Redress.» *Asian Survey* 36 (12): 1226–40. <http://www.jstor.org/stable/2645577>
- Tang, John P. (2009), «Technological Leadership and Late Development: Evidence from Meiji Japan, 1868-1912», *Economic History Review*. Vol. 278
- Thomsen, Søren Risbjerg e Hyun-woo Kim. (1993), «Electoral Dynamics in South Korea Since 1981 Electoral Dynamics in South Korea Since 1981» *Korean Studies* 17: pp. 39–66. <http://www.jstor.org/stable/23720040>
- Varga, Aniko. (2009), «NationalBodies: The 'Comfort Women' Discourse and Its Controversies in South Korea», *Studies in Ethnicity and Nationalism* 9 (2): pp. 287–303
- Yang, Key P., and Gregory Henderson. (1958), «An Outline History of Korean Confucianism : Part I: The Early Period and Yi Factionalism», *The Journal of Asian Studies* 18 (1): pp. 81–101, <http://www.jstor.org/stable/2941288>

Yoon, Tae-ryong (2011), «Historical Animosity Is What States Make of It: The Role of Morality and Realism in Korea-Japan Relations» *The Korean Journal of International Studies* 9 (1): pp. 1–37

## RELATÓRIOS E COMUNICADOS DE IMPRENSA

Ministry of Foreign Affairs of Japan (1993), “Statement by the Chief Cabinet Secretary Yohei Kono on the Result of the Study on the Issue Of ‘comfort Women.’” *The Asian Women’s Fund*. <http://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9308.html>

Nações Unidas. (1966), “Treaty on Basic Relations between Japan and the Republic of Korea.” *United Nations - Treaty Series*

———. (1996), “Report of the Special Rapporteur on Violence against Women.” *ONU*. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/101/23/PDF/G9610123.pdf?OpenElement>

Supreme Commander for the Allied Powers, Allied Translator and Interpreter Section, and Supreme Commander for the Allied Powers General Headquarters (1945), “AMENITIES IN THE JAPANESE ARMED FORCES.” <https://kuscholarworks.ku.edu/handle/1808/19803>

Tetsuo, Aso. (1939), “A Positive Method for Prevention of Venereal Disease.” *The War Diary of an Imperial Japanese Medical Officer*. Jiujiang. <http://www.sdh-fact.com/book-article/20>

United States Office of War Information. (1944), “Report No. 49: Japanese Prisoners of War Interrogation on Prostitution.” *Psychological Warfare Team*. [www.awf.or.jp/pdf/0051\\_5.pdf](http://www.awf.or.jp/pdf/0051_5.pdf)

Women’s Active Museum on War and Peace (2009), «Japan: The ‘Comfort Women’ Issue», Japão, [http://wam-peace.org/doc/Appendix4\\_ILO\\_CEACR.pdf](http://wam-peace.org/doc/Appendix4_ILO_CEACR.pdf)

## TESES

Park, Si Nae. 2005. "Re-Reading Queen Sohye's Naehun." University of British Columbia. <https://open.library.ubc.ca/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0092140>.

## DOCUMENTÁRIOS E ENTREVISTAS (VIDEO)

Dolgopol, Ustina, and Snehal Paranjape (1994), "*Report of a Mission : Comfort Women - Unfinished Ordeal*." Australia: UNSW Australia.

Park, Tae Yeul (2013), *Arirang Special "Comfort Women" One Last Cry*. Coreia do Sul: Arirang TV.

## NOTÍCIAS

Akaha, Tsuneo. (2015), "'Comfort Women': A Lasting Barrier to Japan-South Korea Reconciliation." *Global Asia*. <https://www.globalasia.org/article/comfort-women-a-lasting-barrier-to-japan-south-korea-reconciliation/>

Burkman, Thomas W. (2014), "Can Nations Forgive ? Japan , Korea , and China Remember the Past and Face the Future." *Asian and Pacific Studies*, no. 39: 67–88. [http://repository.seikei.ac.jp/dspace/bitstream/10928/613/1/asia-39\\_67-88.pdf](http://repository.seikei.ac.jp/dspace/bitstream/10928/613/1/asia-39_67-88.pdf)

Folha de São Paulo. (2001), "Santuário Simboliza Nacionalismo." <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1408200103.htm>

Hun, Choe Sang. (2011), "Statue Deepens Dispute Over Wartime Sexual Slavery." *The New York Times*, December 15. [http://www.nytimes.com/2011/12/16/world/asia/statute-in-seoul-becomes-focal-point-of-dispute-between-south-korea-and-japan.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/12/16/world/asia/statute-in-seoul-becomes-focal-point-of-dispute-between-south-korea-and-japan.html?_r=0)

Korean Council. 2015a. "Activities toward the Korean Government and the National Assembly." *Objectives & Activities*. Accessed February 2. [https://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page\\_str\\_menu=2101](https://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page_str_menu=2101)

———. 2014b. "The Construction of the World Peace Statue." *Objectives & Activities*.

Accessed December 19.

[http://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page\\_str\\_menu=2204](http://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page_str_menu=2204).

———. 2014c. “War and Women’s Human Rights Center.” *Objectives & Activities*

Accessed October 15.

[https://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page\\_str\\_menu=2101](https://www.womenandwar.net/contents/general/general.asp?page_str_menu=2101)

———. 1994. “COMPLAINT.” Seoul: Korean Council for the Women Drafted for Sexual Slavery by Japan. <http://www.vcn.bc.ca/alpha/learn/comp.htm>

———. 2002. “Activities of the Korean Council for Solving the Issue of the Korean Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan.”

<http://www.aplconference.ca/koreancouncilreport.htm>

———. 2015. “The Official Statement from the Korean Civil Society Regarding the Agreement on the Military Sexual Slavery (‘Comfort Women’) Issue during the Korea-Japan Ministerial Meeting.” *News*.

<http://www.womenandwar.net/contents/board>

New York Times. (1991), “JAPANESE PREMIER BEGINS SEOUL VISIT.”

<http://www.nytimes.com/1992/01/17/world/japanese-premier-begins-seoul-visit.html>

———. (1992) “Japan Admits Army Forced Koreans to Work in Brothels.”

<http://www.nytimes.com/1992/01/14/world/japan-admits-army-forced-koreans-to-work-in-brothels.html>

———. (1993) “Japan Admits Army Forced Women Into War Brothels.”

<http://www.nytimes.com/1993/08/05/world/japan-admits-army-forced-women-into-war-brothels.html>

Newstapa. (2016) “MY Wish Is..” Coreia do Sul: Newstapa.

<https://www.youtube.com/watch?v=BAKT6IZPT4E>

Reed, Christopher. 2006. “Foreign Minister Taro Aso’s Dirty Secret.” *CounterPunch*.

<http://www.counterpunch.org/2006/02/02/foreign-minister-taro-aso-s-dirty-secret/>.

Sanger, David (1992), «Japanese Veteran Presses Wartime-Brothel Issue», *The New York Times*, August 8, <http://www.nytimes.com/1992/08/08/world/japanese-veteran-presses->

[wartime-brothel-issue.html](#)

The Times. (1996), “Seoul Fury as Tokyo MP Denies War ‘sex Slavery’.” *The Times*, June 6.

<http://go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=wash89460&v=2.1&id=GALE%7CA115090084&it=r&asid=7fd517ae7798d8b2be78ba309a3ee4f7>

Yu-ha, Park (2015), “How We Should Consider the Comfort Women Issue - Based on Discussions between Ikuhiko Hata and Yoshiaki Yoshimi.” *Página Oficial Do Facebook de Park Yu Ha’s*. <https://www.facebook.com/parkyuha2/posts/582998288469797>

## **WEBGRAFIA**

Korean Council - <https://www.womenandwar.net>

Korea Woman’s Christian Temperance - <http://www.kwctu.org>

Korea Women’s Hotline United - <http://eng.hotline.or.kr/?ckattempt=1>

Parlamento Europeu - <http://www.europarl.europa.eu>

People’s Solidarity for Participatory Democracy - <http://www.peoplepower21.org/English/37829>

# **ANEXOS**

## ANEXO I – CRONOLOGIA DE EVENTOS

### Legenda:

**Negrito** – Movimentos, Associações e Organizações Feministas Coreanas

**Sublinhado** - Eventos sobre as Mulheres de Conforto e respetivos movimentos.

- 1905**
- › Abertura da primeira linha ferroviária de Seul a Busan.
  - › Assinatura do Tratado de Eulsa (Tratado de Protetorado do Japão – Coreia).
  - › Ito Hirobumi é indicado pelo Imperador Japonês como Residente-Geral na Coreia.
- 1906**
- › Revoltas do Exército da Justiça (Righteous Army) em várias províncias coreanas.
- 1907**
- › O Imperador da Coreia (Gojong) envia uma comitiva secreta com o objetivo de apelar pela independência da Coreia à Conferência de Paz de Hague nos Estados Unidos. Na sequência da descoberta dos planos do imperador, Gojong é forçado por Ito Hirobumi a abdicar do trono, sucedendo-lhe Sunjong.
- 1909**
- › Assassinato de Ito Hirobumi por um ativista pró-independência coreano na estação de comboio de Harbin. Sone Arasuke é eleito Governador-Geral da Coreia, sucedido por Terauchi Masatake.
- 1910**
- › Assinatura do Tratado de Anexação da Coreia ao Japão e início da Ocupação Japonesa na Coreia.
- 1911**
- › Realização do primeiro recenseamento de cidadãos residentes na Coreia pelo Governo-Geral da Coreia.
- 1912**
- › Reorganização da estrutura administrativa e regional da Coreia pelo Governador-Geral
- 1916**
- › Hasegawa Yoshimichi é eleito Governador-Geral da Coreia. Aprovação da legislação sobre a legalização da prostituição enquanto atividade económica.

- 1919** > Morte súbdita de Gojong a que motiva a realização do 1º Movimento de Março e consequente realização da primeira declaração pela independência da Coreia. Demissão do Governador-Geral Hasegawa Yoshimichi o qual viria a ser sucedido por Saito Makoto, o autor das políticas de assimilação cultural japonesas na Coreia.
- 1920** > Batalha de Cheonsanri pelo Exército da Independência liderado por Kim Jwa Jin.  
> Fundação do “*Joseon Women’s Educational Association*” (JWEA)  
> Emergência do primeiro movimento feminista na Coreia através da publicação da revista “*Sin Yoja*” liderada por Kim Won Jun.
- 1921** > Greve-geral na Cidade de Busan contra a ocupação Japonesa.
- 1922** > Fundação do “*Korean Women’s Christian Association*” (KWCA)
- 1923** > Greve de fome das mulheres trabalhadoras nas fábricas de borracha coreanas.  
> Fundação da “*Korean Temperance Union*” (KTU)
- 1924** > Fundação da “*Society to Abolish Licenced Prostitution*” (SALP) pela KTU.  
> Fundação da organização feminista de inspiração política socialista “*Choson Yosong Tonguhoe*”
- 1925** > Realização da primeira demonstração contra a legalização da prostituição na Coreia na província de Wan Do-Gun.
- 1926** > Organização do Movimento 10 de Junho (**Demonstrações Manse**) por grupos de estudantes coreanos contra a ocupação colonial japonesa.  
> Fundação da organização feminista “*Don Gu Hoe*” por Kim Yun Gyong.
- 1927** > Fundação da organização “*Kunuhoe*”, a primeira a albergar todas as organizações e associações políticas e sociais femininas coreanas.
- 1929** > Manifestação do movimento de estudantes da cidade de Gwanju (**Gwanju Student Movement**).

- 1930** › Início da campanha militar japonesa na China.
- 1931** › Aparecimento dos primeiros registos de recrutamento de mulheres para trabalharem como Mulheres de Conforto.  
› Incidente japonês na Manchúria.
- 1932** › Institucionalização legal das primeiras Estações de Conforto na Manchúria.
- 1933** › Aparecimento dos primeiros registos que confirmam a implementação das primeiras Estações de Conforto na Coreia e Manchúria.
- 1937** › Conquista e início do massacre de Nanquim (China).
- 1938** › Fim do massacre de Nanquim (China).
- 1939** › Mobilização das primeiras Mulheres de Conforto coreanas para as Estações de Conforto espalhadas pelos territórios ocupados pelo Japão.
- 1940** › Implementação da língua japonesa como língua oficial na Coreia e adaptação da política de assimilação que visava alterar os nomes coreanos para nomes japoneses.
- 1941** › Início da guerra do pacífico.
- 1944** › Fim da mobilização de mulheres coreanas para as Estações de Conforto.
- 1945** › Derrota incondicional do Japão e fim da Segunda Guerra Mundial.  
› Fim do colonialismo japonês na Coreia. É reconhecida a independência da Coreia pelos Estados Unidos que ocupam o território e implementam um Governo Militar Americano.  
› Divisão da península coreana pelo paralelo 38 a norte e a sul pelas forças ocupadoras soviéticas e americanas, respetivamente.
- 1946** › A Coreia do Norte aprova a primeira lei sobre a igualdade de género.

- 1947**
- › Implementação da primeira comissão temporária das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de realizar as primeiras eleições presidenciais na Coreia.
- 1948**
- › É fundada a República Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e República da Coreia (Coreia do Sul). Eleição de Syngman Rhee à presidência da Primeira República da Coreia.
- 1950**
- › Início da Guerra da Coreia.
- 1953**
- › Fim da Guerra da Coreia. Assinatura do Armistício Coreano.
  - › Introdução na Coreia do Sul do registo nacional de famílias através do “**Sistema Hoju**”.
- 1954**
- › Implementação da Comissão Nacional da UNESCO na Coreia do Sul.
- 1955**
- › A Coreia do Sul é registada no Fundo Monetário Internacional (FMI).
- 1956**
- › Syngman Rhee é re-eleito presidente da Coreia do Sul.
- 1957**
- › O Conselho de Segurança da ONU rejeita a candidatura conjunta das Coreias (Coreia do Norte e Coreia do Sul).
- 1958**
- › Início do programa de implementação de armas nucleares na Coreia do Sul pelos EUA.
- 1959**
- › Fundação do “*Korean Women’s Association Council*” (KWAC) uma organização apolítica com o apoio do governo coreano.
- 1960**
- › Re-eleição de Syngman Rhee e conseqüente destituição. Yun Bom é eleito 2º Presidente da Coreia do Sul.
- 1961**
- › Golpe de estado de Park Chung Hee

- 1962** > É anunciado o plano de reestruturação nacional de 5 anos por Park Chung Hee.
- 1963** > Início do mandato presidencial de Park Chung Hee.
- 1964** > Participação da Coreia do Sul na Guerra do Vietnam.
- 1965** > **Assinatura do Tratado de Normalização das Relações Diplomáticas entre a Coreia e o Japão.**
- 1966** > Assinatura do “*Status of Forces Agreement*” (SOFA) com os EUA
- 1967** > Park Chung Hee é re-eleito presidente da Coreia do Sul.
- 1970** > Início do Movimento *Saemul* para a modernização rural de Park Chung Hee.  
> Fundação do “*Korean Women’s Workers Association*” (KWWA)
- 1971** > Park Chung Hee anuncia o terceiro plano de reestruturação económica na Coreia do Sul.
- 1972** > Declarada a lei marcial. Introdução de uma nova constituição (Constituição *Yunshin*).
- 1973** > As tropas coreanas no Vietnam recuam do território.
- 1974** > A primeira-dama (Yuk Young Soo) é assassinada, substituída pela filha mais velha Park Geun Hye.
- 1978** > Park Chung Hee é re-eleito presidente da Coreia do Sul.

**1979**

- › Park Chung Hee é assassinado.
- › Choi Kyu Hah é eleito 4º presidente da Coreia do Sul.
- › Chun Doo Hwan exerce um golpe de estado.

**1980**

- › Massacre de Gwanju.
- › Declarada a lei marcial.
- › Choi Kyu Hah é destituído e Chun Doo Hwan é eleito 5º presidente da Coreia do Sul.

**1982**

- › Protestantes incendiam o edifício dos serviços culturais americanos em Busan.

**1983**

- › Fundação da organização “*Women for Equality and Peace*” (WFP)
- › Fundação do “*Women’s Hotline United*” (WHU)

**1984**

- › Revogada a lei que proibia a atividade política na Coreia do Sul.

**1985**

- › Eleições para a Assembleia e consequente vitória do partido “*New Democratic Party*”.
- › Fundação do “*People’s Democratic Movement Council*” (PDMC)
- › Fundação do “*United Minjung Movement for Democracy and Unification*” (UMMDU).

**1986**

- › Abertura dos 10ºs Jogos Asiáticos em Seul.
- › Incidente de tortura sexual na estação de polícia de Busan a uma jovem estudante coreana de 22 anos.

**1987**

- › Roh Tae Woo é eleito presidente da Coreia do Sul.
- › Fundação do “*Korean Women’s Associations United*” (KWAU)

**1988**

- › Jogos Olímpicos de Seul.
- › 1ª Conferência Internacional sobre Mulheres e Turismo na Ilha de Jeju-do na Coreia do Sul.

## 1989

- › Associação do KWAU à “*National Federation of Nationalistic and Democratic Movements*” (NFNDM)
- › Queda do muro de Berlim.

## 1990

- › O grupo de mulheres que viria a formar o Korean Council neste mesmo ano envia pela primeira vez uma carta ao governo japonês onde exige o pedido de desculpas público sobre a mobilização de mulheres coreanas para o sistema de conforto durante a segunda guerra mundial.
- › A Coreia do Sul e a Rússia estabelecem relações diplomáticas.

## 1991

- › Coreia do Sul e Coreia do Norte entram nas Nações Unidas (ONU) com candidaturas distintas.
- › Fim da guerra fria.
- › Kim Hak Sun dá o primeiro testemunho público emitido via rádio e televisão nacional sobre a sua experiência e vida enquanto Mulher de Conforto.

## 1992

- › Coreia do Sul e a República Popular da China estabelecem relações diplomáticas.
- › Kim Young Sam é eleito presidente da Coreia do Sul.
- › Abertura das primeiras linhas de apoio e registo de vítimas do Sistema de Conforto pelo Korean Council.
- › Yoshiaki Yoshimi publica o resultado da primeira investigação realizada por um japonês sobre o Sistema de Conforto e Mulheres de Conforto.
- › O Korean Council inicia as primeiras demonstrações semanais em frente à embaixada do Japão em Seul.

## 1993

- › Fim do mandato presidencial de Roh Tae Woo.
- › Início do mandato de Kim Young Sam.
- › O Governo coreano implementa a "Act of Stabilization of Lifelihood for Victims of Japanese Military "Comfort Women"o qual viria a fornecer às vítimas uma compensação sobre a forma de bolsa mensal para contribuir com as despesas de saúde, vida e sobrevivência.

## 1994

- › O governo japonês envia uma proposta de implementação de um fundo monetário privado capaz de compensar as vítimas do Sistema de Conforto (Asian's Women's Fund).

## 1995

- › O Asian Women's Fund é implementado no Japão.
- › Demolição do edifício do antigo Governador-geral na Coreia do Sul.
- › O KWAU é registado como uma organização estatal.

## 1996

- › A Coreia do Sul entra na OCDE.
- › Chun Do Hwan e Roh Tae Woo são julgados por corrupção política durante o golpe de estado de 1979 e supressão violenta do Massacre de Gwanju em 1980.
- › As Mulheres de Conforto são reconhecidas pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU como vítimas dos crimes de guerra cometidos pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

## 1997

- › Ano da crise económica Asiática.
- › Kim Dae Jung é eleito presidente da Coreia.
- › Anúncio da implementação de fundos governamentais coreanos de apoio monetário às associações e organizações de mulheres coreanas.

## 1998

- › Inauguração do primeiro museu sobre a violência sexual na "House of Sharing".
- › Kim Dae Jung indica alguns membros do KWAU para trabalhar no governo.

## 2000

- › O presidente Kim Dae Jung é premiado com o prémio Nobel da Paz.
- › Realização do tribunal internacional de crimes de guerra sobre a escravatura sexual em Tóquio (Women's International War Crimes Tribunal on Japanese Sexual Slavery).

## 2001

- › Implementação do centro de investigação sobre o Sistema de Conforto pelo Korean Council (War and Women's Human Rights Center).

## 2002

- › Eleição do Roh Moo Hyun como presidente da Coreia do Sul.
- › É ativado o fundo de compensação monetário às vítimas do Sistema de Conforto Coreanas pelo governo coreano (Act on Livelihood Stability for victims of Japanese Military Comfort Women).
- › Construção e abertura da House of Sharing em Seul.

## 2004

- › A assembleia nacional de Coreia do Sul vota um “impeachment” contra o presidente Roh Moo Hyun.

## 2005

- › A Amnistia Internacional destaca o tema das Mulheres de Conforto na sua campanha internacional.
- › O Tribunal Constitucional declara inconstitucional do sistema de “Hoju” na Coreia do Sul.
- › A House of Sharing altera a sua localização para a cidade de Gwanju.

## 2006

- › O Korean Council e a House of Sharing iniciam o apoio social e monetário às vítimas coreanas do Sistema de Conforto.

## 2007

- › Lee Myung Bak é eleito presidente da Coreia do Sul.
- › Adoção da resolução n.º 121 pela casa de representantes do governo americano onde é realizado um pedido de reconhecimento formal ao governo japonês pela mobilização de mulheres no Sistema de Conforto.

## 2008

- › O sistema de “Hoju” é oficialmente abolido na Coreia do Sul.

## 2010

- › Realizada a 5ª Cimeira dos G-20 em Seul.

## 2011

- › Retificado o acordo de circulação de bens entre os EUA e a Coreia do Sul.
- › Comemoração da milésima demonstração em frente à embaixada do Japão em Seul e implementação da primeira Estátua da Paz (Peace Statue).

## 2012

- › Park Geun Hye filha de Park Chung Hee é eleita presidente da Coreia do Sul.
- › Fundação do “Museu da Guerra e dos direitos das Mulheres” pelo Korean Council (War and Women’s Human Right’s Museum).

## 2014

- › Desastre do navio em Sewol nos arredores da ilha de Jin.
- › Ok-Sun Lee (ex-Mulher de Conforto) é convidada a participar numa reunião privada com alguns membros diplomáticos do governo americano e dos negócios estrangeiros na Ásia.

## 2015

- › Acordo histórico entre a Coreia do Sul e o Japão sobre as Mulheres de Conforto.

## ANEXO II - POLÍTICAS DE ASSIMILAÇÃO JAPONESAS NA COREIA (1905-1945)

Governador- Geral	Duração do Mandato	Políticas de Assimilação
<b>Ito Hirobumi (1841-1909)</b>	<i>1905-1909</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Implementação do governo-geral na Coreia.</li> <li>→ Abolição da escravatura.</li> <li>→ Abolição da classe Yangban.</li> <li>→ Abolição do “<i>topknot</i>”.</li> <li>→ Implementação das forças armadas imperiais japonesas enquanto gestores e supervisores do comércio e cidadãos.</li> </ul>
<b>Terauchi Masatake (1852-1919)</b>	<i>1910-1916</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Aboliu a assembleia coreana.</li> <li>→ Implementou a censura na imprensa coreana.</li> <li>→ Suspensão das atividades políticas na Coreia.</li> </ul>
<b>Hasegawa Yoshimichi (1850-1924)</b>	<i>1916-1919</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Continuidade das políticas do seu antecessor.</li> </ul>
<b>Saito Makato (1858-1936)</b>	<i>1919-1927</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Substituiu as forças armadas imperiais japonesas por membros da polícia com funções de controlo e apoio aos cidadãos.</li> <li>→ Alteração das sentenças leves e abolição das chibatadas para os crimes de carácter menor.</li> <li>→ Implementação de igualdade salarial entre coreanos e japoneses (Com exceção dos bónus. Apenas os Japoneses podiam receber.).</li> <li>→ Liberalização das trocas comerciais entre a Coreia e o Japão.</li> <li>→ Abertura de novas oportunidades laborais nas esquadras de polícia.</li> <li>→ Alteração da estrutura educativa: alargamento dos anos de escolaridade permitidos entre coreanos e japoneses.</li> <li>→ Expansão do sistema educativo por todo o país.</li> </ul>
<b>Ugaki Kazushite (1868-1956)</b>	<i>1927-1927</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Limitação das liberdades individuais dos cidadãos e recurso à violência e coação como forma de</li> </ul>

		<p>persuasão.</p> <p>→ Suspensão das atividades políticas e encerramento de escolas, jornais e publicações pró-independência.</p>
<b>Yamanashi Hanzo</b> <b>(1868-1956)</b>	<i>1927-1929</i>	→ Continuidade das medidas aplicadas pelo seu antecessor.
<b>Saito Makato</b> <b><u>2º Mandato</u></b>	<i>1929-1931</i>	→ Continuidade das medidas aplicadas pelo seu antecessor.
<b>Ugaki Kazushige</b> <b><u>2º Mandato</u></b>	<i>1931-1936</i>	<p>→ Exportação de mão-de-obra coreana para o Japão com o objetivo de trabalhar “voluntariamente” nas fábricas e assim colaborar no esforço de guerra.</p> <p>→ Promoção e recrutamento de soldados coreanos para participar na guerra.</p>
<b>Minami Jiro</b> <b>(1874-1955)</b>	<i>1936-1942</i>	<p>→ Encerramento das organizações e associações coreanas.</p> <p>→ Criação de grupos de voluntariado para o esforço de guerra.</p> <p>→ Aplicados exercícios militares nas escolas na Coreia.</p> <p>→ Integração de estudantes para os corpos de voluntariado militar.</p>
<b>Kaizo Kuniaki</b> <b>(1880-1950)</b>	<i>1942-1944</i>	<p>→ Alteração dos nomes coreanos e implementação do japonês enquanto língua oficial obrigatória na Coreia.</p> <p>→ Registo e participação obrigatória dos coreanos nos templos xintoístas.</p> <p>→ Culto ao imperador e bandeira japonesa.</p> <p>→ Proibição de publicação de livros, folhetos ou jornais na língua coreana.</p> <p>→ Pena de prisão para os que falaram coreano nas ruas e na escola coreana.</p>
<b>Abe Nobuyuki</b> <b>(1875-1953)</b>	<i>1944-1945</i>	→ Continuação das medidas aplicadas pelo anterior governador-geral.

**Fonte:** Michael J. Seth, A Concise History of Modern Korea : From the Late Nineteenth Century to the Present, 1ª Edição (Estados Unidos da América: Rowman & Littlefield Publishers, 2009).

## ANEXO III –MODELOS DE ESTAÇÕES DE CONFORTO (1932-1945)

CATEGORIA DE ESTAÇÕES DE CONFORTO	FASES DE IMPLEMENTAÇÃO			NACIONALIDADES DAS MULHERES
	1ª Fase: 1932-1937	2ª Fase: 1938-1941	3ª Fase: 1942-1945	
Permanentes (Concessionárias)	Casas de Entretenimento (Cafés, bares etc.)			Japonesas e Coreanas (Karayukis)
		Casas de Prostituição (Bordéis)		
Semi-Permanentes (Paramilitares)	Mulheres Solteiras Auxiliares Domésticas			Coreanas e Chinesas
		Quase-Bordéis ( <i>Trad. Quasi-Brothels</i> )		
Temporárias (Criminais)			Campos de Estupro ( <i>Ilegais</i> )	Coreanas, Chinesas e outras nacionalidades

**Fonte:** Soh, C. Sarah. 2008. *The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan*. University of Chicago Press. Categorias e nacionalidades adaptadas do livro de Tanaka, Yuki. 2002. *Japan's Comfort Women: Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation*. Edited by Taylor & Francis. International History Review. 1a Edição. Routledge. doi:10.4324/9780203302750.

## **ANEXO IV – VERSÃO INGLESA DA ENTREVISTA A UMA SOBREVIVENTE**

**Thank you so much for accepting my interview.**

**MC:** (Laughter) I am absolutely grateful for getting a new visitor. It is my absolute pleasure.

**I read about your story and I was eager to know about you. Can you tell us about your history?**

**MC:** The living conditions were very hard and I barely knew anyone as I did not have any relatives. After getting released by the Japanese, I had to beg for food in streets.

**What is your opinion about the agreement on Korea and Japan on Comfort Women in 28<sup>th</sup> December 2015?**

**MC:** I am not happy with the outcome of the agreement because the Japanese simply tried to pay the former comfort women (hereafter, the victims) in order to settle the problem without any apologetic action. Moreover, the victims were not part of the process of reaching the agreement; it was negotiated merely between the two governments, not reflecting the opinion of the ladies upon the agreement. I feel absolutely let down by such a capitalist solution (e.g. money is a solution to all problems). Hence, I cannot understand the reason why the victims have not been involved in such a negotiation that is of significant importance to their life. The house I am living in is not mine. Since my release from the Japanese, I did not own anything really. Despite such a harsh living condition, I have been happy and grateful for being a person with freedom. I currently have some issues with my eyesight. I can't see well either. The people in Japan are not bad, the problem is the government. The victims were dragged out of Korea before the war. They were stranded in China. Even after the end of the war, I had to remain in China for a long time. Without House of Sharing, it would not have been possible for me to come back to Korea. The agreement of 1965 was not legal in my opinion because the victims were excluded from the process of the agreement. They were not informed of it by the government either. It was not easy for the victims to react towards the agreement at that time because they were unaware of it, and at the same time, the victims had many

problems with eyes, ears, etc. because they had been beaten up by the soldiers. The reason why I am now speaking up, is because I simply do not accept the Japanese government saying that it has already apologized. Furthermore, I have got an extremely small proportion of the money that the Japanese government gave to the Korean government; very few victims have received the proposed compensation. Many of the victims did not even know that such financial compensation was given.

**After the end of the war where were you?**

After the end of the war I asked for help but nobody would help me. I had no money and I was in a country I did not know.

**Do you remember any of the Comfort Women who lived in the Comfort Station with you?**

At the moment, it is very hard to identify the other comfort women. I was held alongside with because the victims went by Japanese names. Though I remember my Japanese name: “Tomi”.

**In 1965 when the agreement of Korea and Japan was made, why didn't you say anything on that time?**

It was an absolute lie (the agreement). Even as a victim I didn't know about it. At that moment I was in China and I didn't receive any information. I had many health problems and was having a hard time. The victims find a way to be compensated by themselves because the Korean government does not provide assistance for that. We go around the world to share our stories with other countries in order to put more pressure on both Korea and Japan. The inaction of the Korean government on this issue further encourages Japan not to offer apologies.

**What made you to speak in public about your experiences?**

Because the Japanese Government created a foundation to fund the victims and the overwhelming majority of the victims are at least 80 years of age. I believe that this problem has to be addressed for the dignity of the victims as well as historical correctness even after all of us die.

## ANEXO V – FOTOGRAFIAS



120086

**Figura 1-** Em Outubro de 1945 um grupo de 26 Mulheres de Conforto desembarca em Timor. O K. B. Davis descreve que " (...) *the japanese issued them with red cross arm bands in an attempt to camouflage the foul manner in which these girls had been used (...)*". – Fonte: Australian War Memorial (ID.120086)



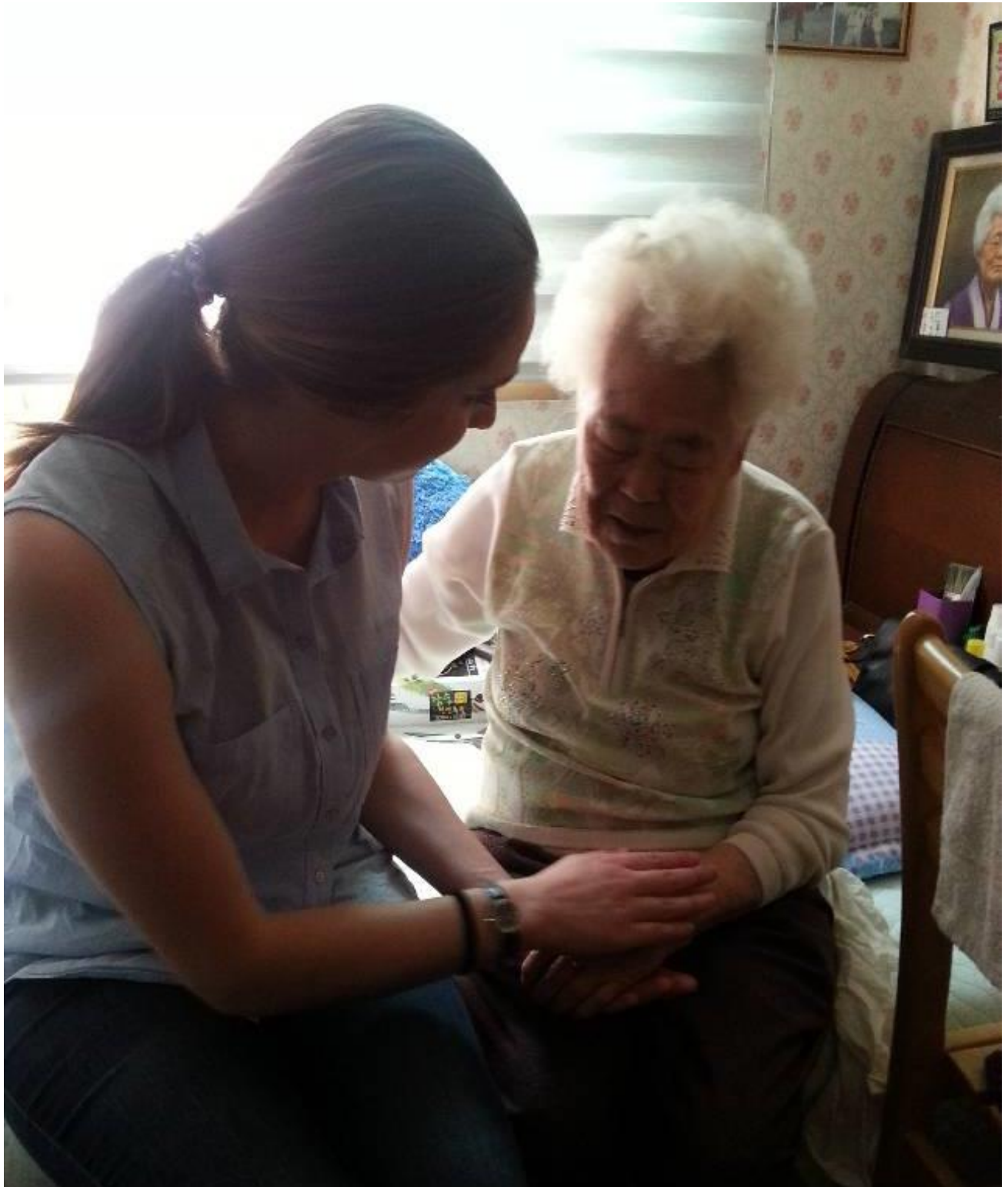
**Figura 2-** Entre 1942 e 1945 os EUA realizam uma série de entrevistas a Estações de Conforto em Burma. O Sargento Titmuss A D realiza nesta foto uma entrevista a uma Mulher de Conforto cuja identidade permanece desconhecida. Fonte: Imperial War Museums (ID. SE 4523)



**Figura 3-** Estátua da Paz (Peace Statue) erigida pelo Korean Council em 2011. Ao lado da estátua encontra-se o jovem com o novo cartaz do Korean Council. Identifica-se nesta estátua, uma jovem rapariga de nacionalidade coreana, vestindo um traje tradicional coreano, acompanhada por uma cadeira vazia à sua direita e um pequeno pássaro no ombro esquerdo. Fonte: Autora



**Figura 4-** Entrada da sede do Korean Council, “War & Women’s Human Right’s Museum” em Seul, no dia 5 de Maio de 2016. Fonte: Autora



**Figura 5-** A autora com Lee Ok-Sun. Após a entrevista no dia 11 de Maio de 2016, Lee ofereceu um pequeno pacote de leite e deixou-nos com uma mensagem “*Quando o Japão pedir desculpas, nesse momento, iremos ter paz. Obrigada pela sua ajuda.*” Fonte: A autora



**Figura 6-**Busto de Kim Hak Sun na instituição “House of Sharing” onde pode ler-se: “Nascida em Gilim-Song, na China, vitimizada como “Escrava Sexual para o Exército Japonês” em Beijing, China. Kim Hak Soon halmoni, foi a primeira sobrevivente a relatar enquanto “Escrava Sexual para o Exército Japonês” em 1991 dizia que “Nós devemos registrar estas coisas que foram forçadas sobre nós”. (Trad. Inglês) Fonte: A autora



**Figura 7-** Manifestação em frente à embaixada do Japão em Seul no dia 4 de Maio de 2016. Note-se que todas as manifestações fazem-se acompanhar por representantes dos vários movimentos feministas e religiosos na coreia. Nesta fotografia aparece a sobrevivente Bok Dong Kim, a única participante da manifestação no dia supracitado. Fonte: Autora



**Figura 8-** Escultura de papel no templo budista de “*Bongeunsa*” na qual a jovem da “Estátua da Paz” é acompanhada por um monge que a encaminha para a paz eterna. A flor de lótus, símbolo sagrado budista que representa o Buda, encontra-se rodeado de borboletas amarelas, as quais simbolizam as restantes mulheres que faleceram nas EC. Fonte: Autora



**Figura 9-** Modelo de entrada de uma Estação de Conforto em exposição no museu da Escravidão Sexual Militar Japonesa (Museum of Japanese Military Sexual Slavery) na House of Sharing. Nesta fotografia, é possível verificar alguns dos pseudônimos nas placas de madeira. Estas placas eram viradas do avesso sempre que uma Mulher de Conforto se encontrava ocupada ou doente. Produzido pelo artista Young Suk Yoon, o modelo de Estação de Conforto procurou reproduzir, de acordo com os relatos das sobreviventes, o espaço onde eram colocadas estas mulheres. Fonte: A autora

## ANEXO VI – BROCHURAS

**“**  
**We must record these things**  
**that were forced upon us.**  
 – Kim, Hak–Soon, the first Korean survivor who came forward to the public in 1991. –  
**”**

**DIRECTIONS TO HOUSE OF SHARING**

- From any metro station in Seoul, go to Gangbyeon Station 강변역 (Line 2, green line). Get out of Exit 1.
- Take city bus 1113 or 1113-1 to Paradise Apartment bus stop. (about 45 minutes).
- From there take a taxi to 원당리 나눔의집 "Wondang-ri Nanumi Jip" (about 15 minutes).

For driving directions, please contact the house at 031-768-0064

**OVERNIGHT STAY AT HOUSE OF SHARING**

Room per night: 10,000 KRW  
 Room and board: 20,000 KRW

▶ To stay at House of Sharing, please make a reservation with staff in advance.

**MUSEUM OF SEXUAL SLAVERY BY THE JAPANESE MILITARY**

Hours: 10am~ 5pm (Tuesday~Sunday)  
 Mondays are closed.

**Entrance fee:**  
 Students: 3,000 KRW  
 Adults: 5,000 KRW

▶ Visitors with disabilities/Senior citizens are free of charge.

**ACTIONS YOU CAN TAKE**

1. Visit the House of Sharing and talk to survivors.
2. Attend the Wednesday Protest at the Japanese embassy, or organize one in your home country.
3. Read a testimony, article, or book about the issue; visit [www.nanum.org](http://www.nanum.org) for ideas.
4. Send a letter to the Japanese government & your local politicians.
5. Educate another person about the issue: write an article, ask teachers to include the survivors' stories in their curriculum.
6. Donate time or money to the cause, or organize a fundraiser.
7. Continue the global fight against the exploitation of women during wartime.
8. Join our Facebook group to connect with others and keep learning!.

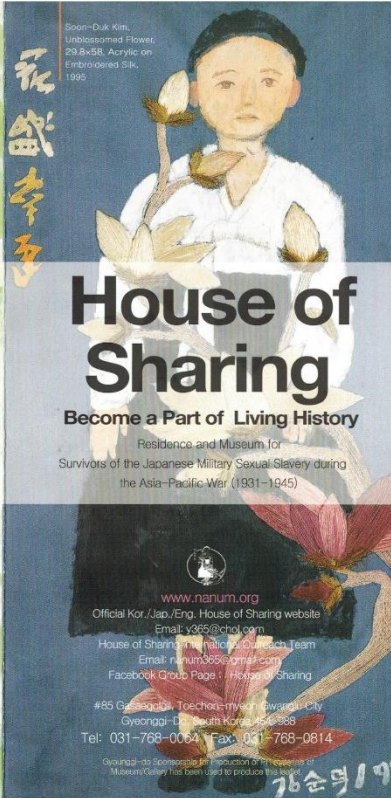
**MUSEUM TOURS**  
 Guided museum tours are offered in English monthly. For the detailed schedule, please refer to notices on the website. To make inquiries/reservations, please email us on [nanum365@gmail.com](mailto:nanum365@gmail.com).

**VOLUNTEER WORKS**  
 English-speaking volunteers are always more than welcome! Please join us with your volunteer activities.

**DONATION**  
 Overseas donations can be wired to the following bank account:  
 Kookmin Bank 248-01-0041-484

Or please use your own paypal account to [nanum365@empal.com](mailto:nanum365@empal.com)

Soon-Duk Kim, Unbloomed Flower, 29.8x58, Acrylic on Embroidered Silk, 1995.



**House of Sharing**  
 Become a Part of Living History  
 Residence and Museum for Survivors of the Japanese Military Sexual Slavery during the Asia-Pacific War (1931-1945)

[www.nanum.org](http://www.nanum.org)  
 Official Kor./Jap./Eng. House of Sharing website  
 Email: [y365@chol.com](mailto:y365@chol.com)


House of Sharing Museum Research Team  
 Email: [nanum365@gmail.com](mailto:nanum365@gmail.com)  
 Facebook Group Page: [House of Sharing](https://www.facebook.com/HouseofSharing)

#85 Gasaengbi, Teachers' Museum, Inje University  
 Gyeongju-City, South Korea, 429-368  
 Tel: 031-768-0064 Fax: 031-768-0814

Gwangju-do Sponsorship (with production of the exhibition)  
 Museum Curator has been used to produce this brochure.

2019년 1월 19일


**About the Issue**



From 1932 until the end of WWII, the Japanese Military forcibly mobilized—by means of kidnapping, deception, and the colonial authority—an estimated 50,000–300,000 women and girls from all over Asia, mostly from Korea, to serve as sexual slaves in its pan-Asian military brothel system. These women, often referred to by the euphemism “comfort women,” were raped, abused, starved, tortured and many were killed. At the end of the war, many were massacred or abandoned by the Military throughout Asia and the Pacific islands: China, Taiwan, Cambodia, Philippines, Indonesia, and so on. After decades of silence, the issue was brought into the public spotlight in 1991 and since then, in South Korea, 238 former “comfort women” have come forward, of which 53 are still alive as of 2015. “Halmoni”, which means grandmother in Korean, is often used to refer to the survivors instead of the euphemistic “comfort women” or the term former “sex slave”. To this day, the Japanese government still denies its involvement in the abduction of girls and women and setting up the systematic network of “comfort stations”.


**About House of Sharing**

House of Sharing (HOS, “나눔의 집”- “Nanumi Jip”), located in Gwangju City on the outskirts of Seoul, is a home and a place of healing for some of the survivors. When it first opened in Seoul in 1992 with funds from Korean citizens and the Buddhist Human Rights Committee, 10-12 halmoni resided at the house. Currently 10 women are living together. Grandmothers have become activists, giving testimonies, protesting and traveling abroad to spread awareness of the issue. And there is also an attached historical museum in HOS. Opened in 1998, the museum is the first dedicated solely to the issue of military sexual slavery, showcasing key evidence, artifacts, photographs, video testimonies, paintings by the survivors, and a re-creation of a room in the “comfort stations”. More than sixty years have passed since the end of the war, but this issue remains to be solved. The museum displays evidence of the Japanese government’s historical responsibility for its war crimes and seeks to memorialize the strength and tenacity of the survivors.


**BECOME A PART OF LIVING HISTORY**

**Activities and Activism**



**Programs and Events** Many group activities and events can be found at House of Sharing. Especially, “Human Rights Summer Camp” is open to young generations who, staying overnight in HOS, participate in two-day activities focused on war crimes against women and means to attain true reconciliation and peace as well as seeking actions to take to resolve the “comfort women” issue as of now.

**Visit House of Sharing** Visitors are encouraged to come and speak with the halmoni or take part in many group activities and events. While House of Sharing is open during visiting hours and overnight stays can be arranged with advance notice, English-language guided museum tours are offered on a monthly basis for those who do not speak Korean. Please contact the house or go to its official website for further information.

**Weekly Wednesday Protests** Every Wednesday at noon since January 1992, survivors gather outside the Japanese Embassy in Seoul to protest against the Japanese government’s denial of its direct role in military sexual slavery and its refusal to meet the demands of the victims. Even today, many halmoni, in spite of their old age and infirmity, continue to attend the weekly demonstrations, fighting for justice against the continued denial of legal responsibility by the Japanese government.

The War and Women's Human Rights Museum is an open space to remember 'comfort women's history, to educate people, and to tackle the Japanese military sexual slavery issue. It is also an active museum that attempts to make the world a place without war and violence against women by collaborating in solidarity with other organizations.

### War & Women's Human Rights Museum

전쟁과 여성인권 박물관

The Korean Council for Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan (in short, "the Korean Council") was founded November 16, 1990, to restore victims' honor and human rights by tackling the Japanese military sexual slavery issue. The Korean Council also tries to establish accounts of true history and contribute to a peaceful world.

### The Korean Council for the Women Drafted for Military Sexual Slavery by Japan

한국정신대문제 대책협의회

#### The Korean Council Activity Domestic Activity

##### The Wednesday Protests

The Korean Council has held Wednesday Protests demanding the settlement of the Japanese Military Sexual Slavery issue since January 8, 1992. Along with the survivors of military sexual slavery by Japan, the Korean Council continues to hold protests in solidarity with civic groups, women, students, ordinary citizens, and other various individuals and organizations. The World Solidarity Wednesday Protests and special events are held annually. The Wednesday Protests have become a platform that promotes solidarity and education regardless of participants' gender, nationality, and age. On December 14, 2011, the 1,000th Wednesday Protest was held and a peace statue was unveiled. The peace statue depicts a little girl in Korean traditional clothing sitting on a chair and staring directly at the Japanese Embassy. The monument attracted attention from the world.



##### The Seven Demands to the Japanese Government at the Wednesday Protests are to

- 01 Admit the Japanese military sexual slavery system as a war crime
- 02 Disclose official documents
- 03 Deliver an official apology
- 04 Pay reparations to the victims
- 05 Punish those responsible
- 06 Record the sexual slavery system in the history textbooks
- 07 Erect a memorial monument and build an archive

**How to Attend the Wednesday Protests** When you come to the front of the Japanese Embassy at 12 o'clock p.m. (noon) on Wednesday, you can attend the protests. If you want to voice your opinion, attend in a group, or host the Wednesday protests, please contact the Korean Council in advance.



##### Welfare Services for Survivors

The Korean Council provides counseling services at the survivors' home, puts on human rights camps, and offers medical service. The Korean Council also sponsors a buddy system between volunteers and survivors who live alone. In addition, various therapeutic programs are provided to survivors.



##### Shelter

The Korean Council runs a shelter called "Our Home" for lonely survivors. It is a shared living space for survivors to take music, arts, and horticultural classes. In addition, psychotherapy programs and oriental medical treatments are regularly provided. Birthday parties and picnics are also held.



##### War and Women's Human Rights Museum

The Korean Council runs the War and Women's Human Rights Museum to provide an educational ground for peace and human rights. Fundraising activities were carried out for nine years for the establishment of the museum, and the Japanese military 'comfort women' survivor initially made donations and many citizens in Korea and around the world followed. The museum exhibits the history of 'comfort women' and wartime sexual violence cases and thrives for the resolution of the issue by being an active museum that extends its solidarity.

##### Campaigns and Domestic Solidarity

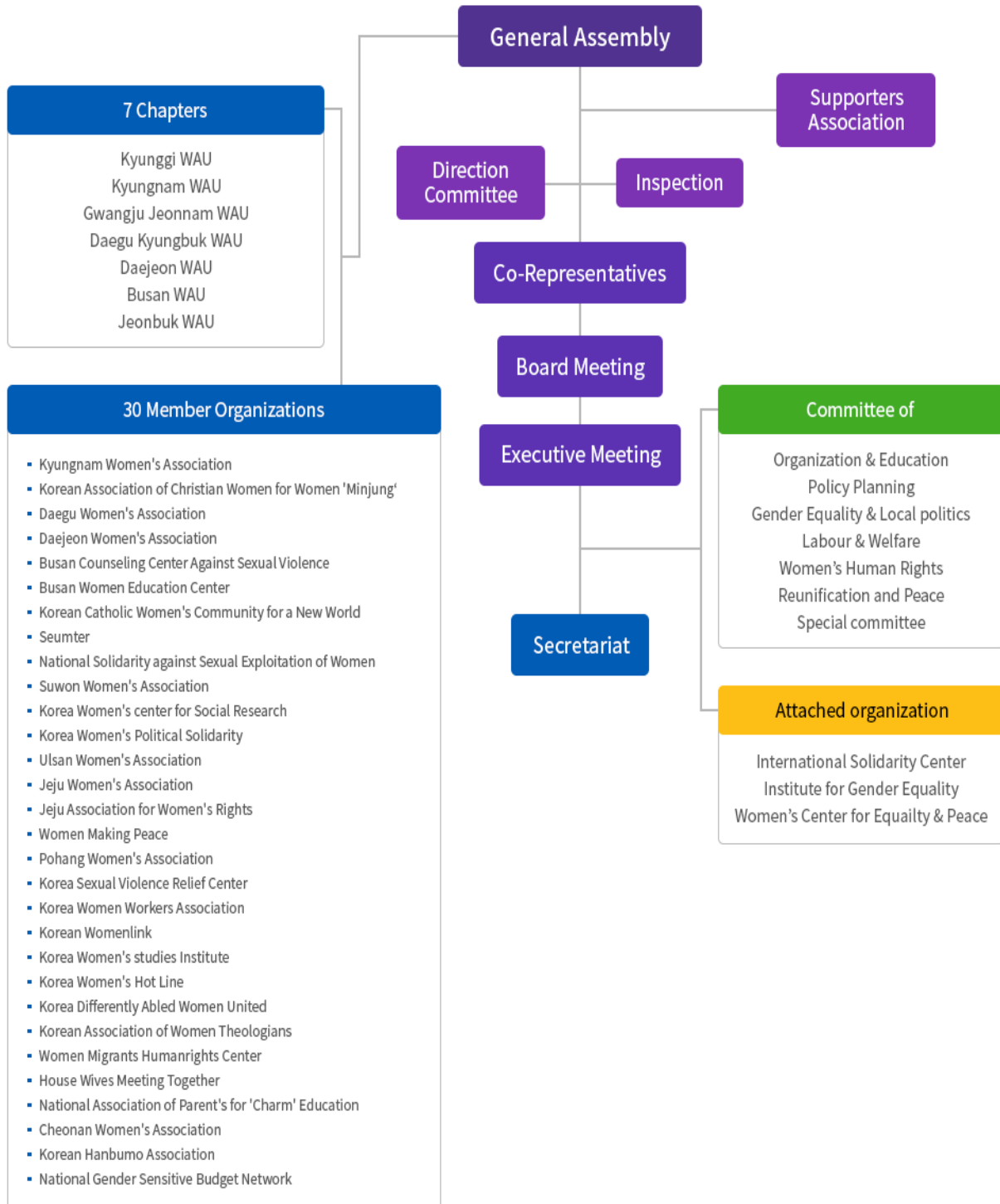
The Korean Council carries out various campaigns, including teaching the history of 'comfort women' at schools around the country, supporting peace monument and 'comfort women' memorial building, and expanding the Butterfly Network for peace and the resolution of the issue.

##### Researching Activity

The Korean Council conducts research by recording survivors' testimonies, publishing resources, and holding academic workshops. Academic workshops have been held since the War and Women's Human Rights Center opened in 2001. The Korean Council not only collects materials related to the Japanese military sexual slavery system, but it publishes materials and educates individuals about violence against women in conflicted regions all over the world.



## ANEXO VI – KWAU (ORGÂNICA)



Fonte: KWAU - [http://women21.or.kr/orgnization\\_eng](http://women21.or.kr/orgnization_eng)